



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ELOÁ VAZ APÓSTOLO DE LIMA

**DIPLOMACIA E TRATAMENTO DE CONFLITOS: ESTRATÉGIAS PARA
CONSTRUIR UMA PAZ TRANSFORMADORA, AINDA QUE IMPERFEITA**

JOÃO PESSOA

2024

ELOÁ VAZ APÓSTOLO DE LIMA

**DIPLOMACIA E TRATAMENTO DE CONFLITOS: ESTRATÉGIAS PARA
CONSTRUIR UMA PAZ TRANSFORMADORA, AINDA QUE IMPERFEITA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Área de concentração: Estudos para a Paz e Tratamento de Conflitos, Segurança Internacional

Orientador(a): Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco

JOÃO PESSOA

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732d Lima, Eloá Vaz Apóstolo de.
Diplomacia e tratamento de conflitos: [manuscrito] :
estratégias para construir uma paz transformadora ainda que
imperfeita / Eloá Vaz Apóstolo de Lima. - 2024.
55 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Estudos para a Paz. 2. Diplomacia. 3. Tratamento de
Conflitos. 4. Promoção da paz. I. Título

21. ed. CDD 327.172

ELOÁ VAZ APÓSTOLO DE LIMA

DIPLOMACIA E TRATAMENTO DE CONFLITOS: ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUIR
UMA PAZ TRANSFORMADORA, AINDA QUE IMPERFEITA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Área de concentração: Estudos para a Paz e Tratamento de Conflitos, Segurança Internacional.

Aprovado em: 26/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **CRISTINA CARVALHO PACHECO**
Data: 02/07/2024 14:48:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pro. Dra Cristina Carvalho Pacheco (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **GABRIELA GONCALVES BARBOSA**
Data: 02/07/2024 15:28:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra Gabriela Gonçalves Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **FABIO RODRIGO FERREIRA NOBRE**
Data: 02/07/2024 15:32:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A todos aqueles que, assim como eu, são repletos de conflitos internos, mas que aprenderam que existe paz em meio ao caos.

A todos aqueles que, assim como eu, almejam deixar o mundo um pouco melhor do que o encontrou, e que lutam por isso.

A todos aqueles - jovens de espírito - que possuem a certeza de que a paz é uma realidade possível, e não uma utopia.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

À Deus e à Espiritualidade Maior, que nunca me deixaram só, por mais que minha fé se encontrasse vacilante.

Aos meus pais, Sueli e Juarez, por terem plantado em mim o ímpeto pelo conhecimento e pela justiça, além de terem sido meus grandes incentivadores desde o primeiro momento que escolhi minha profissão.

Ao meu avô Pedro (in memoriam), por ter me ensinado em apenas 6 anos o significado de brandura e acolhimento, pilares essenciais para a minha formação e profissão. A primeira Paz mais verdadeira que senti foi ao seu lado.

À Norma, Maria e Tina, pelo cuidado e amor necessário desde a infância. A minha primeira professora, Zéu, por despertar e incentivar em mim o ímpeto pela curiosidade do saber.

Ao Movimento Escoteiro, em especial ao Grupo 41-BA por cultivarem em mim a paixão pela aventura de viver e o olhar delicado para lidar com pessoas.

Ao Karatê, por cultivar em mim o intuito e espírito de esforço e perseverança. Em especial, aos meus Senseis, Adriano Araújo e Pedro Henrique, pela fé depositada em mim quando eu não tinha forças para continuar. E aos meus amigos Rafael, Letícia, Olívia, Isabela, Ruan, Uchôa, Moreno, David, Manoel e Sara, por servirem de apoio em várias esferas da minha vida quando eu não suportava permanecer em pé.

Às minhas amigas de infância, Yasmin Silva e Luciana Pereira, por serem combustível para a força que eu preciso para impactar e transformar o mundo. Obrigada pelos abraços, pelo apoio, pelo carinho, pelas lágrimas. Eu não seria metade do que sou hoje sem vocês.

Aos meus grandes amigos e fiéis escudeiros de longa data, Pedro Henrique e Eduardo Pedro. Muito obrigada por sempre estarem na cadeira ao lado para me acolher, incentivar e proteger. Vocês fazem a vida valer a cada minuto.

Aos amigos atemporais que a vida me deu, Sérgio, Maurício, Breno, Karla, Guilherme e também a tantos outros que eventualmente se perderam nos caminhos da vida, mas que seguem acreditando e torcendo por mim, independente de qualquer coisa.

Aos professores Odair, Luena, Marcelo, Fábria, Graciellen, Dinameire, Rodrigo e Fabrício, sem o incentivo de vocês eu não seria um quarto do que sou hoje. O estudo liberta, e obrigada por terem me libertado.

Às professoras Raquel, Divanice e Conceição, pelo papel de zelo e apoio descomunal que sempre prestaram a mim. Obrigada por verem potencial naquela garotinha excepcional que um dia fui.

Ao professor, João Carrilho, pelas lágrimas acolhidas, pelo incentivo incessante que se mostrava em formato de desafios. Obrigada por me mostrar que eu nunca fui um “zero à esquerda”, e sim “infinitos a direita”.

Ao meu professor de Ensino Médio - e hoje grande amigo - Luís Alberto Barbosa. Seus incentivos, torcidas e créditos que depositou e deposita em mim são meus combustíveis para transformar o mundo.

À Ana e Júlia, pelo carinho e risadas nos momentos obscuros desde 2019.

Aos amigos Matheus Andrade, Ravena, Kaylane Ferreira, Isa, Lailinha, Marina Tutu, Giu, Mafê, Lara, Clarah e Virgínia, que tornaram a caminhada da graduação mais leve, onde me guiaram no sol quente até que eu chegasse à sombra refrescante, e onde nunca deixaram faltar algum tipo de afeto, seja um abraço que fosse abrigo ou uma conversa que fosse conforto. Obrigada por lutarem comigo - e por mim - até o fim.

Às amigas Mariana, Luize, Duda e Betty, por terem sido as primeiras a acreditarem em mim logo no primeiro semestre. Obrigada por proporcionarem a base que eu precisei. A graduação não teria sido especial sem vocês.

À João Gabriel, Karla Dayane, Yakine e João, assim como toda a família Reis e Paixão, por acolherem os sonhos e anseios da adolescente que fui. Muito obrigada por todo carinho e apoio. A fé que vocês depositaram em mim durante anos gerou frutos em uma árvore frondosa.

Aos meus colegas de simulação e mentorados, por fomentar a chama que move o meu desejo de mudar o mundo. Que tenhamos sempre o espírito das crianças excêntricas de terno que um dia fomos, e que acreditavam que poderiam mudar o mundo, e que possamos acreditar cada vez mais que de fato nós podemos.

À minha prima, e advogada, Karol, por ter lutado junto a mim durante os meses sombrios, me direcionando para a luz da graduação. Obrigada por ter estado do meu lado quando pensei que ia falhar, obrigada por ter ido atrás dos meus direitos comigo, e me defendido. Esse trabalho é resultado de todo apoio que você prestou a mim nos últimos meses.

Ao meu psicólogo, Ney Moreira, por além de ter caminhado lado a lado comigo e me guiado nos momentos mais difíceis e pelos caminhos mais laboriosos, me ensina diariamente a mediar e tratar meus próprios conflitos. A diplomata que um dia serei irá carregar seus ensinamentos.

Ao meu melhor amigo, alma gêmea, e grande amor, Enzo. Obrigada por todo o suporte, amor, carinho, companheirismo e incentivo desde os meus dezesseis anos. A segunda Paz mais verdadeira que senti foi ao seu lado. Batalhar por um mundo melhor é uma tentativa de compensar o fato de você fazer o meu mundo melhor.

Ao Projeto PUA e GEPASM, por terem me salvado da escuridão, pelas sextas-feiras mais felizes da minha vida, por praticar o Transcend Method em mim, e me mostrar que é possível transformar e transcender ao conflito por mais profundo - e interno - que ele possa ser. À todas as crianças e jovens com quem atuei, responsáveis pela construção da minha humanização, pilar essencial para minha profissão. A Palhaça Confetti é fruto da Paz que vocês plantaram em mim, e é a terceira Paz mais verdadeira que senti. Obrigada por me consagrarem como parte do braço amado da revolução.

Ao meu mentor que eu tenho o orgulho de chamar de amigo, Paulo Kuhlmann, que acreditou em mim desde o primeiro semestre, me incentivando e me impulsionando cada vez mais. Obrigada por apresentar a minha vocação, lutarei pela Paz até o último dia da minha vida. Mancada, você é mais do que Bom, você é espetacular. Oh captain, my captain ! Thank you for everything.

À Prof.Dra Cristina Pacheco, que para além das maravilhosas aulas de Análise de Política Externa, assumiu o compromisso de entrar como minha orientadora.

Ao Prof.Dr Fábio Nobre, por toda compaixão, gentileza e incentivos que me deu em sala de aula e como monitora, além de depositar fé em mim quando nem eu mesma depositava. A Prof.Dra Gabriela Gonçalves para além das maravilhosas e enérgicas aulas de Política Externa Brasileira, e tantas outras disciplinas do início ao fim da graduação, me apaixonou ainda mais pela minha vocação que é a diplomacia. Docentes esses que tenho a honra de ter como banca avaliadora deste trabalho.

Aos docentes Alexandre Leite, Rebeqa Leite e Elze Rodrigues, por todas as vezes que, talvez sem saber, me salvaram de abismos e me direcionaram ao brilhantismo, no qual sempre foi reflexo da minha admiração aos exímios profissionais que são. Obrigada por me ajudarem na luta contra a depressão.

A todos aqueles que cruzaram caminho comigo nesses 21 anos de vida, e que corroboram para que eu fosse quem sou, e quem um dia serei. Ubuntu: Eu sou porque nós somos.

A paz não é o objetivo do caminho, é o próprio caminho.

RESUMO

A diplomacia tradicional, comumente, segue a lógica da perspectiva realista das Relações Internacionais, onde o parecer da ausência de um conflito bélico em larga escala já é o suficiente para ser considerado como um cenário pacífico e de equilíbrio funcional, ou seja, a paz atrelada a ausência da guerra. Contudo, uma diplomacia que se contenta unicamente na percepção de uma aparente ausência do conflito está fadada a lacunas que podem fomentar ciclos de violência. Dessa forma, o presente trabalho dedica-se a explorar e mapear quais são as lacunas presentes na abordagem da diplomacia tradicional, concomitantemente ao passo em que apresenta, a partir dos Estudos para a Paz, uma perspectiva que busca não somente preencher essas lacunas, como também proporcionar a culminância da prática da Diplomacia Transformadora prevista por Galtung, através da prática da Paz Imperfeita proposta por Muñoz e Lederach, a fim de alcançar uma transformação na realidade vigente. Além disso, é utilizado um estudo de caso para comprovar a tese.

Palavras-chave: Estudos para a Paz; Diplomacia; Tratamento de Conflitos; Paz Imperfeita; Diplomacia Transformadora.

ABSTRACT

Traditional diplomacy commonly follows the logic of the realistic perspective of International Relations, where the opinion of the absence of a large-scale war conflict is enough to be considered as a peaceful scenario with functional balance, that is, peace linked to the absence of war. However, diplomacy that is content solely with the perception of an apparent absence of conflict is doomed to gaps that can encourage cycles of violence. In this way, this work is dedicated to exploring and mapping the gaps present in the approach to traditional diplomacy, at the same time as it presents, from Peace Studies, a perspective that seeks not only to fill these gaps, but also to also provide the culmination of the practice of Transformative Diplomacy foreseen by Galtung, through the practice of Imperfect Peace proposed by Muñoz and Lederach, in order to achieve a transformation in the current reality. Furthermore, a case study is used to prove the thesis.

Keywords: Peace Studies; Diplomacy; Conflict Handling; Imperfect Peace; Transformative Diplomacy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1. Estruturação da Paz Negativa: Eirene e Pax Romana | 25 |
| Figura 2. Atenção às necessidade básicas e ausência de violências como elementos essenciais e constituintes da Paz Positiva | 29 |
| Figura 3: Características e divergências conceituais e dinâmicas essenciais das pazes | 32 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. DIPLOMACIA TRADICIONAL: DEFINIÇÕES E PROBLEMAS | 16 |
| 3. AS PAZES | 22 |
| 3.1 Paz Negativa: | 24 |
| 3.2 Paz Positiva: | 26 |
| 3.3 Paz Imperfeita | 29 |
| 4. O NOVO HORIZONTE DIPLOMÁTICO: DIPLOMACIA TRANSFORMADORA | 33 |
| 4.1 A Essência | 33 |
| 4.2 A Teoria do Conflito | 34 |
| 4.3 Transcender | 36 |
| 4.4 Transcender para Transformar | 39 |
| 5. ESTUDO DE CASO: O MÉTODO TRANSCENDER EM AÇÃO E A DIPLOMACIA TRANSFORMADORA | 41 |
| 5.1 O conflito do Cenepa | 41 |
| 5.2 Uma análise do conflito: mapeamento e Transcend Method | 42 |
| 5.3 A transformação do conflito: O êxito da Diplomacia Transformadora | 47 |
| 6. CONCLUSÃO | 50 |
| 7. REFERÊNCIAS | 52 |

1. INTRODUÇÃO

De maneira geralmente difundida, a diplomacia é a habilidade de estabelecer um método e/ou estratégia a fim de influenciar as decisões e comportamentos de governos e povos, através do diálogo, negociação e outras medidas que não sejam voltadas para a guerra ou violência. As práticas diplomáticas hodiernas são um produto derivado do sistema estatal europeu pós Renascença, o que ressignificou a condução de relações bilaterais e multilaterais entre Estados soberanos (Britânica, 1995).

Outrossim, é necessário destacar que a diplomacia é - assim como ações de guerrilha, guerra, e outras formas de violência - uma ferramenta, um meio de se aplicar a política externa (Magalhães, 2005). Logo, por se caracterizar como um recurso político, ela carrega uma natureza mutável e adaptável a depender do cenário e contexto em que é aplicada, e essa característica se faz extremamente útil para o presente trabalho. Além disso, dependendo dos pressupostos para a aplicação da diplomacia, ele alterará sua forma de atuação.

Ademais, apesar do senso comum guiar que a diplomacia é o oposto do conflito, e que de acordo Clausewitz (1832) a guerra é a última instância política, é interessante iniciar destacando duas colocações expostas pela Enciclopédia Britânica acerca sobre a prática da diplomacia:

1. “A diplomacia é o principal substituto para o uso da força ou de meios dissimulados na política”
2. “Pode ser coercitivo (ou seja, apoiado pela ameaça de aplicação de medidas punitivas ou de uso da força), mas é abertamente não-violento.”

Apesar dessas definições básicas partirem de uma fonte de informação de saber comum, que não é específica da área, podemos já de antemão constatar duas coisas consideravelmente relevantes: A primeira é que a diplomacia como uma medida verdadeiramente pacífica - como é tida por senso comum a partir da definição popularizada - não é aplicada, haja vista a presença de violência, ainda que indireta ou sutil (como coercitividade), sendo utilizada pelos atores envolvidos em conjecturas instáveis para alcançar determinados objetivos; A segunda é que se faz interessante refletir de que de fato ela é substituto para uso da força, contudo, ser substituta ao uso da força não é suficiente para que ela seja consagrada detentora de um cerne pacífico, já que assim como foi apontado na primeira constatação a diplomacia não possui natureza branda, ela é apenas abertamente não-violenta (proporcionando e incentivando não mais que a ausência de violência direta), o que também não se constitui como um cenário

onde há inexistência de violência, haja vista que dentro das próprias negociações em prol de uma estabilidade são utilizados meios passivo-agressivos e demais métodos coercitivos para obter sucesso na promoção e conquista de determinados interesses propostos por parte de uma das partes envolvidas. Assim sendo, é de suma importância para o desenvolvimento do presente trabalho compreender de que se caracterizar como abertamente não violenta e ser substituto do uso da força não consagram a diplomacia tradicional como método genuinamente pacífico e não violento, haja a presença de manifestações de violência indireta dentro da prática diplomática.

Sob o mesmo viés, a diplomacia não possui uma natureza plácida e condescendente se dá em função de que a mesma foi inicialmente moldada a partir da perspectiva elucidada dentro da corrente realista das Relações Internacionais. Sob o mesmo viés, partindo do pressuposto realista clarificado por Morgenthau (1948) de que o objetivo da política externa é promover os interesses de um Estado, que derivam da geografia, da história, economia e da disposição do poder internacional no cenário global, e que os Estados estão dispostos a competir veementemente uns contra os outros para alcançar seus objetivos e maximização de interesses, até mesmo o diálogo e os acordos conciliadores são dotados de inclinações coercitivas haja vista de que todos os atores se sentem frequentemente ameaçados uns pelos outros. Assim sendo, pela ótica da visão realista, a segurança do Estado é a principal e única vertente relevante nas tomadas de decisões, logo, o fator humano e a segurança humana não são muito consideradas. “O objetivo da diplomacia é fortalecer o Estado em relação aos outros” (Enciclopédia Britânica).

Outrossim, todas essas questões abordadas fazem com que a diplomacia obtenha lacunas procedimentais que são resultantes de lacunas estruturais sistêmicas no que se refere em manter e estabelecer paz, onde frequentemente são aplicados modelos de resolução e mediação de conflitos nos quais muitas vezes acabam sendo agravantes da problemática. Ademais, a Diplomacia tradicional, baseada na perspectiva do Realismo das Relações Internacionais, enxerga que a estabilidade é - por muitas vezes - o suficiente dentro de um cenário disfuncional, afinal os danos visíveis são estabilizados e conseqüentemente se torna um ambiente menos malsonante.

Destaca-se o exposto por Guerra e Blanco (2018), acerca que durante a Guerra Fria e posterior a ela, foi disseminado a narrativa ortodoxa acerca da paz e da segurança internacional com um caráter estritamente militarista e estatocêntrico, onde a promoção da paz se constituía na manutenção do equilíbrio da balança de poder entre os Estados e no respeito à soberania de cada ator estatal.

Haja visto isso, a Diplomacia tradicional tem como seu cerne a Pax Romana, que Johan Galtung (1985) define como Paz Negativa. A Paz Negativa se refere a uma noção de paz atrelada pela ausência da violência direta, ou seja, na simples cessação de conflitos bélicos ou confrontos físicos. Contudo, a ausência de violência direta não inibe a presença da violência estrutural, a qual proporciona em diversos outros níveis sócio-políticos (que não são levados em consideração na abordagem diplomática tradicional) a reverberação do conflito, fazendo com que o conflito não seja tratado, e sim que suas evidências notórias se façam ausentes e passem o mínimo de estabilidade necessária para que o sistema internacional não entre em colapso (Galtung, 2013). Lidar com os conflitos por meio de acordos com as elites políticas não os solucionam a longo prazo, somente deixam os conflitos latentes, com grande possibilidade de reincidência.

Sob o mesmo viés, existem vários outros tipos de pazes e concepções sobre paz, contudo, dentro do meio científico são destacáveis a Paz Positiva e a Paz Imperfeita. A primeira, também elucidada por Johan Galtung (1985), é um conceito que abrange muito além de somente a ausência de conflito direto. A Paz Positiva se concentra na construção de relações e estruturas sociais capazes de oferecer uma qualidade de bem estar social, e conseqüentemente a ausência da violência estrutural e cultural. “A Paz então deixa de ser entendida como o resultado de pôr um fim na guerra e começa a ser concebida como o resultado de uma jornada de mudança que os seres humanos devem proporcionar para alcançar um determinado estado sócio-político e econômico” (Muslera, 2015, p.33, tradução nossa). Portanto, a Paz Positiva é um objetivo máximo a ser alcançado, de perfeição, a utopia extrema.

Por outra perspectiva, a Paz Imperfeita (Munõz, 2001) prevê que a paz não é de natureza absoluta e sim de caráter construtivo, ou seja, que se desenvolve, adapta-se e constrói-se de maneira conjunta e com o passar do tempo. Daí o uso da terminologia “imperfeita”, haja vista que se enquadra como um processo inacabado e em construção permanente. (Munõz 2001, apud Muslera, 2015, p. 40). Não somente, Muslera inicialmente aborda acerca da conclusão popularmente difundida de que para a existência da paz é necessário a não existência do conflito, o que estabelece uma relação de subordinação entre a paz e o conflito. Contudo, de acordo com a Paz Imperfeita, a paz é dotada de conteúdo próprio, ou seja, ela independe da ausência do conflito, e ela pode ser praticada ainda em situação de confronto porque ela não é antônimo do conflito, e sim oposta a algum tipo de violência. A Paz Imperfeita, então, se consagra como a possibilidade de atingir um grau de paz através de uma construção constante em todos os níveis estruturais da sociedade, se concebendo então como um processo ativo que permite a atenção para as necessidades e a regulação de conflitos e violências.

Tendo em vista todo o supramencionado, o presente trabalho dedica-se a dissertar e explorar quais são as lacunas presentes na abordagem da diplomacia tradicional, concomitantemente ao passo em que tenta apresentar uma perspectiva a partir dos Estudos para a Paz que busca não somente compensar essas lacunas operacionais, como também proporcionar uma discussão adequada, apresentando novos olhares, para alcançar o conceito de Diplomacia Transformadora prevista por Galtung, através da prática da Paz Imperfeita proposta por Muñoz e Lederach. Além disso, a pesquisa é de caráter exploratório, onde será utilizado métodos qualitativos, e também o uso de estudo de caso para validar a tese.

Dentre tantos estudos de caso, o estudo de caso abordado neste trabalho, que concerne ao conflito entre o Peru e o Equador, foi optado não por uma aleatoriedade, mas sim porque além de se consagrar como um caso paradigmático e marcante nos Estudos para a Paz, bem como na história da Diplomacia, ele de certa forma rompe com a visão da América Latina e Sul Global como somente fontes de conflitos, e problemas, trazendo para a nossa região um significado de que dela também pode ser um local de onde surgem soluções em prol da Paz. Por muitas vezes, vemos a América Latina como uma região incompleta, que eternamente caminha em direção a um desenvolvimento que nunca chega. Assim sendo, do nosso caráter imperfeito (no que se consagra estar em constante moldagem), nada mais ideal do que uma Paz Imperfeita e Transformadora, que se molda e se constrói de maneira igualmente perene. Assim sendo, a escolha do caso se deu, em suma, para dar protagonismo a região latinoamericana e mostrar que a Paz é também uma realidade até mesmo nas regiões que estão em frequente mudança e inconstância.

2. DIPLOMACIA TRADICIONAL: DEFINIÇÕES E PROBLEMAS

Na obra “Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz” Hans Morgenthau (1948) - um dos maiores pilares do realismo clássico - afirma que as tomadas de decisão a nível de política doméstica e política externa são guiadas pela lógica do realismo político. Morgenthau disserta que o realismo político se deita nas raízes da natureza humana e busca intrinsecamente a objetividade de suas decisões. Logo, o realismo político se enquadra na ideia da política cujo interesse é definido em termos de poder (Morgenthau, 1948). Sob o mesmo viés, o realismo político situa a política como uma esfera autônoma, ou seja, seu cerne não coexiste com outras variáveis a serem levadas em consideração na execução de tomadas de decisão, como ética e religião, por exemplo.

A partir do entendimento acerca do realismo político, é possível compreender como as tomadas de decisões no tocante à política externa são feitas, e conseqüente se torna verossímil compreender acerca da diplomacia que é executável entre as nações. Morgenthau (1948) define a diplomacia como o instrumento para a prática de mitigação e minimização de conflitos no cenário internacional, e também como ferramenta primordial para que uma nação tenha a promoção de seus interesses por métodos que não incitem a guerra. Além disso, Morgenthau (1948) também atribui a diplomacia como um meio pelo qual os Estados tentam manter ou alterar o equilíbrio da balança de poder em seu favor, através de alianças, tratados e acordos.

Contudo, o olhar de Morgenthau sobre a diplomacia - tal como o olhar de demais teóricos da corrente realista - converge basicamente no enfoque ao cenário estatal, onde por muitas vezes se exclui outras esferas relevantes e necessárias para a abordagem diplomática nos cenários onde a mediação de conflitos se faz necessária. Sob o mesmo viés, a ação de encarar o Estado como ator primordial é atribuído a ele uma personificação que não o cabe, haja visto que é inanimado, e por sua vez isso suscita um esquecimento por parte dos tomadores de decisão de que, por trás do Estado, existem indivíduos, com suas cargas culturais, intelectuais, sociais, políticas e demais bagagens de aprendizagem e crenças, que formam grupos de pressão, comunidades, autônomas, dentre outros, que constituem em um caleidoscópio de forças. Logo, à medida em que se é reconhecido que as decisões de interesse, política externa e práticas diplomáticas não são feitas pela noção personificada de Estado e sim por diversos grupos, que influenciam as decisões daqueles que tomam as decisões políticas, nós conseguimos obter uma outra forma de se fazer diplomacia e também lidar com interesses.

Partindo desse pressuposto, é possível apontar algumas falhas, lacunas, que a diplomacia tradicional carrega em decorrência do paradigma realista, sendo a primeira delas a falta de entendimento de que o outro envolvido na situação não é um Estado monolítico, indivisível. Sabendo disso, a tomada de decisão realizada por qualquer ator que atue na política externa e promoção dos interesses em detrimento a outro ator poderá ser falha, haja vista que ele não considerou a particularidade por trás do Estado personificado (Guerra; Blanco, 2018). Essa consideração é importante porque os “interesses de poder do Estado” são na verdade interesses de grupos de interesses. A personificação do Estado também se encontra em Thomas Hobbes (1651) - grande referencial teórico da corrente realista - que considera o Estado como semelhante à natureza humana e que, conseqüentemente, entrará em conflito em caso de suas demandas não serem atendidas. Logo, para entender e mediar o conflito, é necessário que sejam compreendidos os indivíduos por trás deles, e suas motivações (Lederach, 1995).

Outra lacuna presente na diplomacia tradicional é não enxergar o conflito como uma problemática com natureza multifacetada e complexa, ou seja, além do fator primário de não se enxergar o indivíduo e suas motivações por trás do conflito, existe também o olhar direcionado a solucionar o problema iminente do conflito, ao invés de tratá-lo (Galtung, 2006). Partir do pressuposto que acordos com as autoridades elitizadas resolverão o conflito é esquecer das localidades e de onde se originou o conflito, até mesmo as motivações e atores (Pureza; Cravo, 2015).

Ainda acerca do supramencionado, de acordo com Galtung (2013) a violência se assemelha a uma patologia, onde ele caracteriza a violência como uma enfermidade. A fim de elucidar, o conflito não é mau em si mesmo, mas pode ser mal direcionado, e aí temos consequência desastrosa de sua má condução. Só que a violência gerada é colocada como questão focal de resolução, esquecendo-se de que seus antecedentes e causas precisam ser tratadas, por exemplo: Se alguém foi diagnosticado com tuberculose e decidir tomar apenas o remédio da tosse, a tosse poderá até diminuir e o desconforto ser minimizado, contudo, além da pessoa continuar com tuberculose as chances de um ataque respiratório seguido de um óbito advinda de uma enfermidade grave não tratada é muito alta. A mesma coisa ocorre com os conflitos. Se abordagem diante daquele conflito é voltada somente para cessar a violência direta, essa abordagem é falha haja vista que não estará lidando com as causalidades que desembocaram naquele enfrentamento violento em questão, o que gera um ambiente propício para um conflito de ciclo vicioso causado pela sensação de injustiça por uma das partes por não ter tido sua necessidade ou demanda atendida, proporcionando uma retaliação pior do

que havia sido o conflito violento primário. Dessa forma, Galtung (2013) conclui que o conflito violento possui um ciclo de vida tal como a permanência de uma enfermidade dentro do sistema imunológico humano, onde é necessário que haja um processo de diagnóstico, prognóstico e tratamento a fim de que o conflito não se torne o que ele nomeia como meta-conflito, onde ele correlaciona esse estágio político a etapa patológica de metástase, e o define como o momento em que o conflito culmina em uma guerra avançada de impactos desmedidos porque agora além do conflito carregar a causa primária de sua motivação ele se potencializa violentamente com o intuito de se tornar uma “oportunidade de ganhar honra através da vitória e chance de utilizar da violência como uma vingança” (Galtung, 2013, p.65, tradução nossa).

Sob o mesmo viés, outra lacuna a ser destacada é a tentativa de aplicar padrões e moldes universais de resolução de conflito nos mais diversos cenários possíveis. Essa problemática emerge com mais força a partir do reconhecimento da hierarquização entre centro e periferia global ao fim da Segunda Guerra Mundial, se fortificando com a vitória liberal em detrimento da queda do bloco comunista ao fim da Guerra Fria (Pureza; Cravo, 2005). Neste contexto, destaca-se a Organização das Nações Unidas assumindo um posicionamento doutrinal que é reflexo dos Estados vitoriosos e suas alianças - e de seus respectivos discursos - onde afirmavam serem os responsáveis pela manutenção da paz. Dessa forma, com essa nova ordem mundial instaurada, a hegemonia das políticas públicas de promoção da paz foi acatada não somente por muitos Estados, como também pela comunidade científica, organizações multilaterais, e demais atores (Pureza e Cravo, 2005).

A partir dessa hierarquização de centro-periferia fortificado pelo discurso heróico de que a paz mundial dependia de determinados atores, o modelo de paz promulgado no período de reconstrução pós bélica estabelece concepções metodológica, leis e procedimentos padronizados com o intuito de solucionar a demanda dos conflitos. “Tratando-se de um modelo único genericamente aplicado, peca por não deixar grande respiração às singularidades locais nem ao surgimento de soluções alternativas mais consentâneas com as diferentes realidades” (Pureza e Cravo, 2005: 25).

Outrossim, o fato desse modelo ganhar poder em decorrência de surgir por parte do bloco vitorioso da Guerra Fria fez com que essa abordagem fosse adotada em todo o mundo, e sem rival equiparado, principalmente na prática diplomática ante conflitos violentos (Clapham 1998, apud, Pureza e Cravo, 2005). Além disso, Buzan e Hansen (2012) apud Guerra e Blanco (2018) afirmam que essa imbatibilidade se deu devido a unipolaridade sistêmica estadunidense da época, cuja qual influenciaria fortemente os modos de se fazer diplomacia

em situações de conflito, tal como na prática da paz. Como consequência, os atores locais situados em seus respectivos conflitos possuem papel reduzido, ou praticamente anulado, na mediação e reconstrução da sua própria sociedade, centralizando as tomadas de decisão nas mãos das Nações Unidas e em elites de poder ligadas a ela e também ligadas ao próprio conflito.

A ideia de consolidação da paz feita a partir de baixo é obstaculizada pela abordagem estadocêntrica, de cima para baixo, adotada pelas Nações Unidas, que negligencia os recursos e agentes – imprescindíveis na construção de uma democracia mais participativa e de uma paz mais inclusiva e, necessariamente, mais sustentável (Pureza e Cravo, 2005: 26)

A tentativa de encaixar uma resolução de conflito pré moldada e genérica é inviável justamente porque os motivos de um determinado conflito em questão, o meio onde está inserido, e as pessoas envolvidas são completamente diferentes. Destarte, é necessário que haja uma análise minuciosa sobre o cenário em questão, seus antecedentes, os motivos das partes, as convicções das partes, a conjuntura política doméstica de cada parte, a moral que permeia as sociedades dos indivíduos em questão e mais outras particularidades que necessitam de um olhar destrinchado a fim de compreender a problemática de maneira totalizada.

Ante o exposto, é verossímil concluir que a guerra não é exatamente uma última instância política, mas sim que ela é o único resultado possível dentro de um contexto onde o manejo de conflitos por muitas vezes fomenta um ciclo de violência devido a lacunas estruturais previamente apontadas que a diplomacia tradicional possui.

Acerca da natureza do conflito, Galtung (2013) argumenta sobre a “Tipologia da violência”, onde ele além de definir e estruturar os tipos de violência e classificá-la de forma sistemática com o intuito de compreender as suas causas e melhor buscar soluções aplicáveis a cada uma, ele parte do pressuposto Hobbesiano no que diz respeito a natureza do homem e afirma que a violência é uma resposta primária da natureza humana a medida em que é negado um ou mais níveis de satisfação de necessidades. Ele as divide entre: necessidades de sobrevivência; necessidades de bem estar; necessidades de significado; e necessidades de liberdade. O conflito surge quando há uma contradição acerca dessas necessidades a medida em que não são consideradas ou são tiradas de uma das partes envolvidas, e dado o momento em que isso ocorre, é causado uma sensação de indignação, injustiça, raiva e revanchismo, onde a “violência é usada para incapacitar a outra parte a fim de impor as próprias necessidades da parte primária” (Galtung, 2013, p.65).

Dessa forma, a violência se torna uma ferramenta em prol da conquista de um objetivo almejado por uma das partes, onde a mensuração de forças serve também como fator de promoção do temor. À medida em que há medo, há domínio de poder, onde conseqüentemente há promoção da coação, que por sua vez propicia a satisfação de desejos de uma parte por meio da intimidação e de submissão do mais vulnerável ao mais poderoso.

Compreendendo todos os déficits apontados acerca da abordagem da diplomacia tradicional, se faz necessário questionar se o modelo tradicional de abordagem diplomática não está na verdade por vezes a fomentar um ciclo conflituoso e violento a medida em que, assim como apontado por Morgenthau (1948), é voltada para mitigação de conflitos no cenário internacional ao invés de tratá-los e monitorá-los, ação essa que já foi constatada anteriormente como uma atitude que “maquia” as manifestações do conflito, o que deixa em aberto as raízes profundas e ramificadas prontas para desenvolverem a posteriori o estágio de meta-conflito haja vista seu mau tratamento.

Outrossim, também se faz necessário repensar sobre a paz que a diplomacia tradicional prevê, onde se contenta com a mera ausência de conflito bélico, e conseqüentemente da violência direta. Isso porque é dissertado na vertente realista que o estado de paz é diretamente proporcional e correlacionado com a ausência de conflito. Tal porque, a diplomacia tradicional não consegue enxergar a paz como algo além da ausência de conflito direto porque considera e partilha do pressuposto Hobbesiano de que a natureza do homem o inibe de não coexistir de maneira onde haja conflito constante. Contudo, a paz não existe de forma dependente do conflito, ela é uma realidade autônoma (Munõz, 2001). Para que haja a mudança da abordagem diplomática acerca da violência do conflito, é necessário que seja também compreendido que o entendimento da diplomacia tradicional sobre a paz e sua existência se enquadra como Paz Negativa, advinda da Pax Romana (que será explicada no próximo tópico).

Entretanto, a paz não é falta do conflito, é a não existência da violência. De fato, é certo que a humanidade ainda irá percorrer diversos outros conflitos, porque eles existem dada a convergência ou divergência de ideais em determinadas circunstâncias, mas isso não faz da paz para além de somente a ausência da violência direta algo impossível ou utópico. Compreender que a paz não é consequência de uma plena harmonia sociopolítica e econômica faz com que seja possível se desprender da concepção da paz como uma situação utópica, possibilitando a construção de políticas e tomadas de decisão que conceba resultados verdadeiramente positivos a curto e a longo prazo.

Sabendo disso, os próximos tópicos serão dedicados a dissertar sobre como a paz pode apresentar diversas facetas, como positiva e negativa, mas principalmente imperfeita, e como é possível proporcionar uma paz transformadora ainda que imperfeita através de uma diplomacia transformadora, onde a mitigação de danos é substituída por um tratamento de conflitos de forma ativa, fazendo da paz não o objetivo do caminho, mas sim o próprio caminho.

3. AS PAZES

O debate acerca das pazes e conseqüentemente a respeito da Diplomacia Transformadora surgem a partir da corrente teórica de Estudos para a Paz. Parte constituinte dos estudos de Teoria Crítica no campo das Relações Internacionais, os Estudos para a Paz concretiza uma ruptura pós-positivista na qual possui o discurso fundamentado no anseio de uma transformação profunda da realidade em prol da primazia da paz nos âmbitos físicos, estruturais e culturais da sociedade (Pureza e Cravo, 2005). Apesar de seu início anteceder o século XX, as propostas e iniciativas acerca da paz eram pouco difundidas, contudo, com a criação do *Journal of Conflict Resolution* (1957) e a criação do *Center for Research on Conflict Resolution* (1959), a predominância no paradigma realista como modelo de entendimento do fenômeno da paz em detrimento da guerra sofreu sua primeira desestabilização.

De acordo com Guzmán (2005) apud Pureza e Cravo (2005), o maior desafio dos Estudos para a Paz era, até então, a conversão da paz como objeto de análise independente, ou seja, desprender o conceito de paz como um fenômeno atrelado a ausência da guerra, e o responsável por esse desprendimento - e conseqüentemente nomeado como pai dos Estudos para a Paz - foi Johan Galtung, tendo como marco histórico a criação do *Peace Research Institute*, em 1959. Dessa maneira, Galtung caracteriza os Estudos para a Paz como uma vertente “socialmente produtiva” (Pureza e Cravo, 2005), ou seja, uma vertente voltada a produzir um desenvolvimento de paz sustentável na vida social, política, econômica e cultural das sociedades, visando a promoção da cooperação, a resolução pacífica de impasses e transformações sociais e políticas não violentas.

Além disso, Rogers e Ramsbotham (1999) apud Pureza e Cravo (2005), afirmam que a interdisciplinaridade dos Estudos para a Paz - que dialoga desde as relações internacionais, ciências políticas e sociais até a psicologia - é o grande fator essencial que corrobora na interpretação, conceituação e prática da paz e tratamento dos conflitos violentos, haja vista que é justamente devido a essa interdisciplinaridade que se faz possível compreender de maneira adequada as naturezas multifacetadas e complexas dos conflitos. Essa natureza interdisciplinar é a diferença ímpar entre os Estudos para a Paz e o Realismo em relação à abordagem e tratamento de conflitos.

Antes de qualquer explicação sobre o que é a paz, é necessário entender que o entendimento sobre o que é paz e sobre como aplicá-la sempre resultou em diversas respostas e entendimentos acerca da mesma, haja vista que os seres humanos entendem sobre a paz de

diferentes formas ao longo da história (Muslera, 2015). Com o intuito de exemplificar uma visão geral sobre as concepções filosófico-religiosas em relação a paz, Ospina (2010) apud Muslera (2015) apresenta variados entendimentos sobre a mesma, como Salaam, que em árabe significa a chegada da paz entre as pessoas, Eirene, palavra grega cuja tradução remete uma harmonia existente dentro de um ou mais grupos, Shanti e Ahimsa, princípios da religião Hindú associadas com uma virtude suprema e a paz mental de um indivíduo, Heiwa e Chowa, que em japonês significam harmonia e ordem mental, e também a Pax, conceito romano que se determina como a autoridade e domínio que propiciam a ordem, sendo esta concepção da Pax a forma mais próxima à forma que a diplomacia tradicional trabalha.

Dado a multiplicidade de significados decorrentes a locais e momentos históricos distintos, os diferentes meios que se foi construindo a concepção de paz proporcionou diferentes conceitos para uma mesma terminologia, sendo assim, é certo afirmar que a depender de quem utiliza o vocábulo paz e de onde este o fala, poderá estar afirmando coisas completamente distintas. A partir desse entendimento sobre a diversidade de concepções e práticas sobre a paz, se faz ainda mais necessário compreender que para atuar com ela não existe um modelo pré-estabelecido e muito menos uma abordagem mais correta do que outra, mas sim que ela deve ser moldada a partir das necessidades apresentadas pelo cenário que em questão e suas circunstâncias.

Contudo, é importante considerar que falar sobre paz como sinônimo de justiça social, equidade, e promoção dos direitos humanos não é a mesma coisa que colocá-la como sinônimo de ordem, proteção e defesa militar - como é previsto pela Pax romana - , e que a depender de qual concepção seja considerada frente ao conflito pode desencadear uma prática pela paz através do uso legitimado de violência, o que não acarretará em paz e sim em ordem como consequência do medo. Acerca desse risco, Muslera (2015) destaca sobre como a concepção de paz ocidental é diretamente influenciada pela concepção de Pax romana, e que teve como uma das consequências a correlação da terminologia paz com legitimação da guerra ou do uso da força.

Haja vista todo o exposto, é certo que a terminologia paz adquire múltiplos significados a partir da construção de tradições políticas, filosóficas, espirituais e culturais diferentes. Não somente, dentro do âmbito acadêmico científico também há essa diversidade acerca das definições sobre paz, destacando-se as concepções de Paz Negativa, Paz Positiva e Paz Imperfeita.

3.1 Paz Negativa:

Uma das primeiras conceptualizações científicas acerca da terminologia paz é a que estabelece uma relação de existência da mesma diretamente interligada com a ausência de violência direta (Muslera, 2015). Sob o mesmo enfoque, Galtung (1985) conceitua essa caracterização como Paz Negativa.

A raiz primária do conceito de Paz Negativa surge a partir do entendimento grecolatino acerca da terminologia Eirene (Paz em grego clássico) como um estado de ausência de guerra e intervalo entre dois ou mais conflitos (Jiménez, 2009 apud Muslera, 2015). Na sua tradução, a Eirene grega remete a um estado de tranquilidade e harmonia, contudo esse estado é aplicado unicamente de maneira interna em grupos, descartando sua utilização entre os grupos, mais especificamente ela era aplicada referenciado-se somente a população interna grega, ou seja, somente no interior das cidades-estado. Sendo assim, o conceito paz grega é entendida como uma situação que traduz uma harmonia ou estabilidade diante da vigência de um status quo que gere determinado grupo, e que qualquer coisa que se referenciam “ao outro”, ou seja, o além do “nós” é considerado potencialmente uma ameaça à harmonia interna (Lederach, 2000).

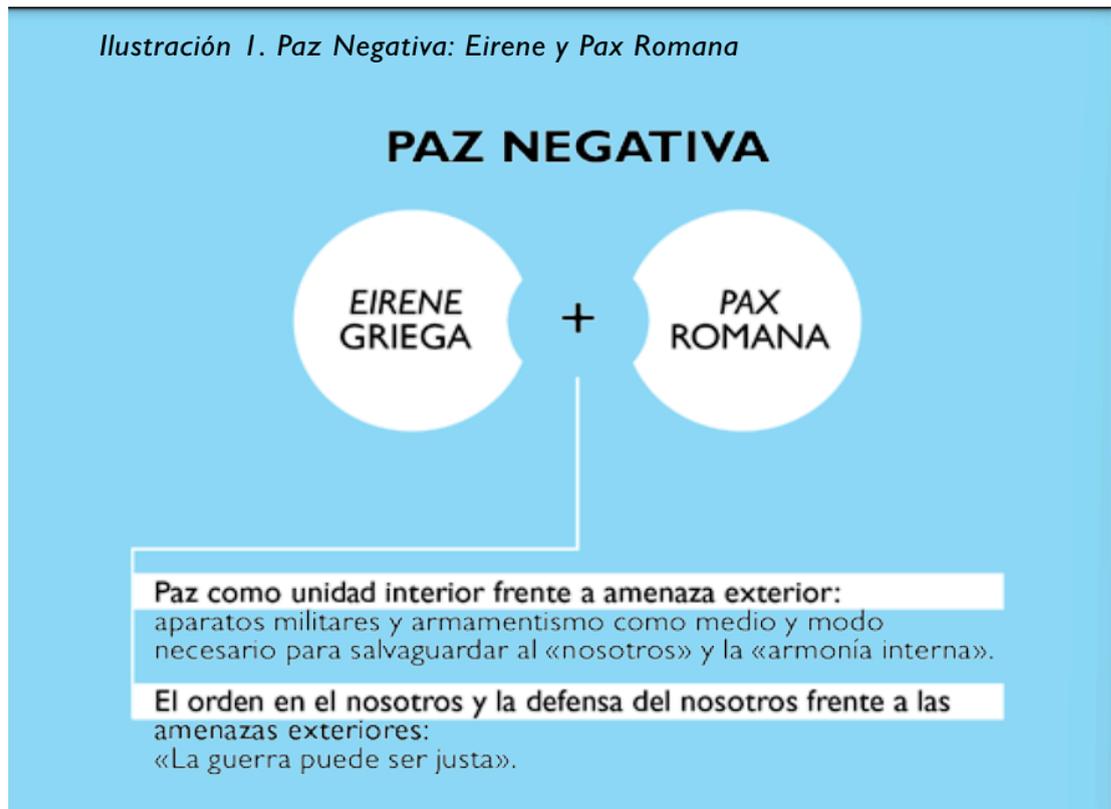
Outrossim, outra raiz da Paz Negativa é o entendimento de Pax romana, que estabelece um meio de se fazer paz através do uso da força de maneira legítima, como uma autoridade e domínio que proporciona a ordem e controle, sendo ele legal e militar, alocando a paz como uma consequência do uso da força em prol do direito e da ordem interna (Muslera, 2015). Logo, constata-se que a Pax romana implicava na manutenção e constante reforço de um sistema de ordem - que apesar de amparado por mecanismos legais - se baseia na violência em prol ou de combater outra violência ou uma possível ameaça. Assim sendo, pode-se concluir também que a Pax romana e consequentemente a Paz Negativa possuem uma resposta frente a ameaças com base na coercitividade, e que consequentemente buscam a instauração de uma paz através do ato de medir forças com o outro em uma dinâmica de poder e intimidação.

Outrossim, Galtung (1985) expõe que a consequência direta da junção e aplicação política da Pax romana e Eirene grega, praticamente as bases da civilização ocidental e do imperialismo europeu e estadunidense, consiste em que ao conceber a paz como uma manifestação da ordem, controle e estabilidade, os aparatos militares se tornam uma necessidade para a paz. Aparatos esses que por sua vez cumprem a função de defender

determinado grupo previsto pela Eirene grega, ou Pax romana, assumindo o papel de garantir a ordem interna e a harmonia do “nós”.

Conseqüentemente, a adoção dessa concepção torna propício tanto o desenvolvimento do militarismo no âmbito nacional (controlando de maneira coercitiva a sociedade em prol do status quo dos governantes políticos), como o imperialismo, armamentista entre as nações e redução de chance de cooperações e expansão colonial militar, como alianças militares entre potências vigentes. “De outra maneira: implica a legitimação da repressão, e , conseqüentemente, da guerra” (Muslera, 2015, p.28, tradução nossa). Se faz possível compreender de maneira elucidada no que se refere a Eirene grega e a Pax romana serem constituintes do conceito de Paz Negativa, conforme a figura 1.

Figura 1. Estruturação da Paz Negativa: *Eirene* e *Pax Romana*



Fonte: Muslera (2015, p.28)

É certo afirmar que a história política do mundo ocidental se patenteou na utilização de Paz Negativa haja vista que políticas e ações militarizadas em prol da defesa são tidas como políticas e ações para a paz. Isso se dá devido ao fato de que através da concepção de Paz Negativa é possível legitimar ações como produção de armamento em massa, sistemas de segurança separatistas, estratégia e tática militar para manter a ordem e conseqüentemente a

falsa impressão de paz. Assim sendo, a Paz Negativa legitima a expressão máxima do militarismo e suas vertentes: a guerra em formato de “Guerra Justa” (Muslera, 2015).

É válido dizer que, paradoxalmente, a mesma concepção que define a paz como antítese da guerra é também usada para justificar, legitimar e assumir princípios e lógica de guerra em prol da paz. Não em vão, o famoso romance “Si vis Pacem, para Bellum” de Vegécio, encontra continuidade histórica na concepção política da Guerra Justa (Muslera, 2015, p. 29, tradução nossa).

Acerca disso, é facilmente observável no âmbito internacional a prática da Paz Negativa como ferramenta de promoção de interesses e defesa de política externa, como por exemplo na doutrina “Patriot Act” deliberada pelo então Presidente dos Estados Unidos George W. Bush no ano de 2001, em resposta ao atentado de 11 de Setembro. Podemos constatar que o Patriot Act, que posteriormente foi transformado em lei, declara-se como política de paz porque afirmava que o Estado alegou como justo e legítimo a Guerra Preventiva a fim de salvaguardar seu povo, integridade e interesses. A partir dessa política é possível visualizar claramente o preceito primário da Paz Negativa, a Eirene grega, onde em prol da proteção interna é justificável e legítimo entrar em estado de violência com o outro, a fim de por meio dela garantir a paz. “Os princípios conceituais fundamentais da Paz Negativa são claramente aplicadas em políticas de Defesa Nacional” (Muslera, 2015, p. 30, tradução nossa).

Em suma, conclui-se que a Paz Negativa constitui como uma política de manutenção do status quo (Lederach, 2000), possuindo como principais abordagens: a paz como conceito limitado apenas como a ausência de guerra e violência direta; o conceito de paz vinculado a ordem, controle e a defesa do “nós” em detrimento a “outro” frente a ameaça de desordem e anarquia; paz como conceito relacionado ao “pactum” romano que defendia a dominação em âmbito doméstico e a forte preparação militar no âmbito externo; e o Estado soberano como principal e único garantidor de ordem, e conseqüentemente, de paz. Essas concepções têm amparo direto no realismo político e na prática dos países hegemônicos que, inclusive, manejam suas diplomacias tendo como base de suporte as armas de seus países.

3.2 Paz Positiva:

Para compreender a Paz Positiva é necessário levar em consideração o conceito de paz como um dos ideais mais altos concebido pela humanidade, possuindo um valor multidimensional que perpassa por todos os âmbitos da existência humana (Muslera, 2015).

Além disso Musiera disserta também sobre como a Paz Positiva rompe com a concepção da paz como sinônimo de defesa e se aloca na concepção da paz como uma construção coletiva onde é aplicado à integridade entre os seres humanos, nos mais diversos aspectos da vida social. Além disso, outra característica importante que patenteia a Paz Positiva é o conceito ahimsa, advindo da tradição jainista que alega a necessidade do respeito no que concerne à integridade humana e a vida de qualquer ser vivo. Não somente, Mahatma Gandhi, se utiliza do princípio da ahimsa para conceitualizar a Não-Violência como uma obrigação sociopolítica e coletiva (Muslera, 2015).

Acerca da abordagem da Gandhi, o seu ponto-chave reside em que ele categoriza a Não-Violência como um processo social, isso porque a Não-Violência implica na promoção de uma mudança social que promove a transformação do indivíduo em sua forma de pensar, agir e reagir no seu cotidiano mas, principalmente, diante de alteridades que poderiam ser impulsionadoras de violência. Assim sendo, o princípio de ahimsa se concebe como princípio fundamental da perspectiva da Paz Positiva (Muslera, 2015). Destarte, a paz se consagra como um valor final, uma meta a ser alcançada na qual é resultado de um processo de mudança social coletivo. “A paz deixa de ser compreendida como resultado do fim de uma guerra (Paz Negativa), ou o espaço entre duas guerras, para ser conceituada como o resultado de uma jornada de mudança que os seres humanos devem promover para alcançar um determinado estado sociopolítico-econômico” (Muslera, 2015, p.33, tradução nossa). Neste aspecto, inicia-se uma construção onde o não matar, e o não realizar violência, atinge altos níveis dentro de uma ética construtora de relacionamentos.

De acordo com Lederach (2000), a diferença primordial que desencadeia todas as outras divergências entre Paz Positiva e Paz Negativa reside no fato de que, enquanto a Paz nas raízes da Paz Negativa (Eirene grega e Pax romana) a ideia de paz é buscada como uma interiorização, ou seja, a busca pela paz em prol da harmonia dentro de um determinado grupo, colocando em prática uma espécie de alteridade onde o “outro” representa uma ameaça a ser eliminada, a Paz Positiva enxerga a paz como consequência da prática coletiva da Não-Violência, resultando em um processo de mudança social completa tanto do indivíduo como do meio onde está inserido, atribuindo a paz como um estado coletivo de harmonia sem nenhum tipo de exclusão, onde se é respeitado em todos os aspectos qualquer tipo de vida.

Não somente, Lederach (2000) também afirma que o tipo e qualidade de interação entre os seres humanos sendo estes parte do “nós” ou da alteridade do “outro” é a abordagem primordial na perspectiva de Paz Positiva, alocando qualquer violência interpessoal (verbal, moral ou física) como uma ameaça ao bem estar coletivo. Assim sendo, “a Paz Positiva vai

muito além do simples resultado de eliminar algo que não é desejado - como a guerra, ou a violência direta, em suas diversas formas - ou de procurar salvaguardar a ordem interna por meio do controle e supressão da ameaça externa” (Muslera, 2015, p. 34).

Outrossim, Johan Galtung (2013) aborda sobre como a Paz Positiva está interligada para além da Violência Direta, distinguindo a violência nas seguintes três categorias: Violência Direta; Violência Estrutural; e Violência Cultural. A primeira se associa a qualquer ato onde se faz de forma perceptível agressão física ou verbal causando danos instantâneos de maneira individual ou coletiva, sendo o tipo de violência mais facilmente reconhecível. A segunda refere-se a uma forma de violência penetrada nas estruturas econômicas, sociais e políticas de uma sociedade, resultando de um ou mais sistemas e instituições que geram danos em indivíduos ao passo de que impedem que suas necessidades básicas sejam supridas. A terceira, como o próprio nome enunciado, é relacionada aos aspectos culturais, como religião, ideologia, ciência, arte, linguagem, que legitimam tanto a violência direta quanto a estrutural, servindo como uma ferramenta para justificar a violência na sociedade ao ponto de ser normalizada no sentido de não causar mais impacto ou revolta nas pessoas, tornando a violência de certa forma invisível e abertamente aceita.

Acerca disso, Lederach (2000) acrescenta que somente a ausência de Violência Direta não é suficiente para que haja uma instauração da paz na perspectiva positiva, fazendo com que seja necessário a produção de interações interpessoais positivas e recíprocas, reiterando que a Paz Positiva não se dá somente pela falta de violência direta, mas também com o desenvolvimento coletivo de maneira colaborativa e respeito mútuo, com a construção da Paz Cultural e Estrutural.

A Paz Positiva possui um caráter dinâmico multidimensional (Paz Direta, Paz Estrutural e Paz Cultural) que diretamente se relaciona com a autorrealização do ser humano, que é ter a chance de uma vida onde as necessidades básicas são satisfeitas e o desenvolvimento pleno de suas capacidades (Lederach, 2000). “Dessa forma, à medida em que se é compreendido a paz de maneira vinculada à realização das necessidades do ser humano e relações de apoio mútuas, é estabelecido o binômio paz - justiça social ”(Muslera, 2015, p.37, tradução nossa).

Destarte, a Paz Positiva se entende como uma correlação para a atenção voltada às necessidades sociais básicas, um sinônimo da Não-Violência e uma implicação de uma complementaridade entre a justiça social e a não existência de violências de nenhum tipo, conforme figura 2.

Figura 2. Atenção às necessidades básicas e ausência de violências como elementos essenciais e constituintes da Paz Positiva



Fonte: Muslera (2015, p.39)

3.3 Paz Imperfeita

Apesar do binômio “paz- justiça social” postulado pela perspectiva de Paz Positiva ter permitido maior expansão do entendimento sobre paz e ser um fator chave para a aplicação de políticas em prol da paz, com o passar dos anos foi se concluindo que os esforços em prol da aplicação da Paz Positiva foram sendo improdutivos haja vista a vasta e pertinente presença de violências e injustiças sociais em vários níveis sistêmicos. Logo, Galtung (1985) concluiu que se não havia atenção às necessidades básicas e ainda se sucedia a prevalência de injustiça social e demais violências, a Paz Positiva não tinha como existir. Sendo assim, “a Paz Positiva começou a ser caracterizada como um intuito de alcançar uma paz absoluta e perfeita onde não haveria violências e nem qualquer tipo de conflito, se tornando um horizonte utópico” (Muslera, 2015, p. 40, tradução nossa).

Tentando criar um conceito aplicável, surge o conceito de Paz Imperfeita. Muñoz (2001) postula que a paz não é de natureza absoluta e, a partir disso, foi colocado o adjetivo de “imperfeita”, porque faz alusão a um processo permanentemente contínuo e conseqüentemente sempre inacabado. Outrossim, Muñoz direciona o entendimento de Paz Imperfeita como uma paz que não precisa ser relacionada à ausência ou presença de guerras, ou de violências estruturais e culturais, culminando a paz como um fenômeno dotado de conteúdo próprio, podendo existir independentemente. Dessa forma, Muñoz também destaca que todas as experiências pacíficas em qualquer escala (local, regional e global) constituem

um arsenal de práticas para a paz que comumente são ignoradas e que todas contribuem de alguma forma e com variadas intensidades para a promoção da paz a nível macro.

Dessa forma, o paradigma da Paz Imperfeita afirma - ao contrário da Paz Positiva - que a paz pode conviver com a Violência Estrutural sem que esse fator determine a sua presença ou ausência para ser instaurada. Sob o mesmo viés, Muñoz (2001) afirma que a imperfeição da paz coexiste com a violência. Isso porque apesar de ser utópico a ideia da extinção de todo e qualquer tipo de violência - especialmente cultural e estrutural - não faz com que seja impossível praticar a paz em níveis variados e em situações variáveis, não necessariamente visando o todo mas sim ir impactando os segmentos sociais em parcelas, assim reafirmando que a paz é um processo contínuo, e não um objetivo a ser alcançado quando - e caso - as condições fossem ideais.

A conceituação de paz proposta a partir da Paz Imperfeita investiga a consideração disso como um processo: um processo relacionado às ações dos seres humanos, suas decisões e preferências. Assim, entende-se que a paz ou a violência emergem e coexistem porque somos seres humanos que valorizam alguns meios em detrimento de outros e determinamos com ações e omissões a existência de mais paz ou mais violência (Muslera, 2015, p.41, tradução nossa).

A definição do conceito de relações pacíficas apresentada por Curle (1977) apud Muslera (2015) prevê o princípio de assistência mútua e o entendimento sem imposições, na qual a procura de relações voltados ao bem estar da população envolvida, a nível global e local como uma rede de instâncias de paz capazes de fortalecer cooperações, acordos, espaços e atores envolvidos nos processos. Dessa forma, o próprio conceito de paz reforça a intervenção pacífica do meio voltada para a busca de um bem estar e entendimento coletivo.

Outrossim, o conceito de Paz Imperfeita entende a paz como um processo complexo de articulação de práticas sociais realizadas em qualquer nível de escala e âmbito em prol do bem estar coletivo (Muslera, 2015). Dessa maneira, as ações direcionada em prol da regulação e gestão do conflito visando um entendimento sem imposições permite entender as necessidades e objetivos dos atores envolvidos, proporcionando uma paz em meio ao conflito haja vista que a violência foi consideravelmente cessada e o conflito está no processo de tratamento, fazendo possível constatar um dos momentos onde a paz se mostra independente da não existência do conflito para existir, mas sim oposta a violência, e se reafirma como um meio, e não o objetivo final.

Além disso, haja vista que nenhuma paz é absoluta, é possível considerar os inúmeros casos cotidianos onde são aplicadas medidas regulatórias de conflitos em estágio micro como

uma forma de prática de Paz Imperfeita (Muslera, 2015). Nesse sentido, é possível afirmar que a paz não somente coexiste com o conflito, mas é, em sua natureza, uma realidade própria na qual é possível tratar os conflitos e minimizar as violências (Muslera 2015). Assim sendo, a Paz Imperfeita é estruturada como um processo ativo e constante que permite que haja atenção frente às necessidades básicas e a regulação de conflitos e da violência. Dessa forma, é descartada a ideia de que a presença da paz dependeria da não existência de conflitos e de violências, dado o momento de que ela se estabelece como um meio, uma ferramenta, para mediar e tratar conflitos e mitigar o escalonamento de manifestações de violência em prol do bem estar coletivo.

Outrossim, a Paz Imperfeita aborda importantes conceitos-chave para que exista o desfecho pacífico de um conflito, como o ciclo de vida do conflito (Galtung, 2013), a abordagem do conflito como uma patologia e seu tratamento baseado na Terapia Diagnóstica-Prognóstica (Galtung, 2013), a compreensão de que cada conflito possui particularidades que o tornam único, exigindo do mediador uma capacidade de transcender seu tratamento para além de uma abordagem generalista dada a natureza complexa e multifacetada do conflito, e o entendimento de que para lidar com um conflito é necessário que suas casualidades sejam tratadas, ao invés de somente suas consequências serem mitigadas. A união dessas práticas que a Paz Imperfeita faz dela ferramenta que culmina no alcance da Diplomacia Transformadora, proposta por Galtung (2000) na obra “Conflict Transformation by Peaceful Means: The Transcend Method.”

Epilogando o supramencionado acerca das Pazes, concluímos que o significado e a prática da Paz é variável à medida de quem a postula. Contudo, apesar da diversidade acerca dos tipos de paz, conclui-se que falar sobre paz como sinônimo de justiça social, equidade, e promoção dos direitos humanos não é a mesma coisa que colocá-la como sinônimo de ordem, proteção e defesa militar, onde o segundo sinônimo se mostra na verdade como uma prática de manutenção de status quo onde o uso da violência de qualquer tipo é utilizada para garantir a ordem e o poder de um grupo seletivo, cujos os mesmos veiculam a existência da Paz à sua permanência no poder.

Entender que a Paz Negativa é, além de um alvará para a manutenção do poder através de uma violência socialmente legitimada, um espaço que permite a propagação contínua de ciclos de violência como consequência de conflitos mal tratados onde se fez presente, fez com que houvesse questionamentos acerca do discurso de busca pela paz por meio da violência e discordância com as consequências resultantes da Paz Negativa, fazendo com que a Paz Positiva sucedesse. Concluir que a extinção completa de todo e qualquer tipo de violência,

sendo ela direta, estrutural ou cultural era utópico dado a pluralidade moral e ética de cada indivíduo, a bagagem histórica mundial resultante de diversos processos sociais e a natureza humana, fez com que a Paz como fenômeno que só poderia existir como resultado de uma harmonia global fosse postulada como impraticável, o que proporcionou o surgimento da Paz Imperfeita.

As falhas e erros das Pazes anteriores à Paz Imperfeita foram fatores fundamentais para a compreensão de que a paz não é dependente da ausência ou existência de conflito, ou um objetivo utópico inalcançável, mas sim que ela além de possuir natureza própria sem a necessidade de ser atrelada a outro fenômeno para existir e possuir sentido, ela é um processo contínuo permanente onde independente dos níveis, sendo eles micro ou macro, nos quais são aplicados princípios de tratamento de conflito visando assistência mútua, entendimento sem imposições e bem estar das partes envolvidas direta ou indiretamente, corroboram de maneira sistêmica para a promoção da paz. A Paz Imperfeita, então, se mostra um encaixe perfeito dentro de um mundo repleto de imperfeições à medida em que enxerga a paz como uma rede de práticas e instâncias capazes de fortalecer cooperação, acordos, espaços e atores envolvidos nos seus respectivos processos. Assim sendo, se faz meritório destacar as divergências conceituais e dinâmicas entre a Paz Imperfeita e as demais Pazes supramencionadas, exposto na figura 3.

Figura 3: Características e divergências conceituais e dinâmicas essenciais das pazes



Fonte: Muslera (2015, p.46)

4. O NOVO HORIZONTE DIPLOMÁTICO: DIPLOMACIA TRANSFORMADORA

4.1 A Essência

A Paz Imperfeita exala a essência de um céu nublado, onde apesar de não haver o dia tido como perfeito onde há o fulgor do sol, a luz que nele brilha é suficiente para iluminar caminhos diplomáticos transformadores. A Diplomacia Transformadora é - antes de mais nada - a consequência iminente de todos os aspectos construtivos que a Paz Imperfeita carrega.

Apesar do conceito de Diplomacia Transformadora só ser oficialmente apresentado por Johan Galtung no ano 2000, é essencial destacar que sua colaboração acerca do que viria ser a Diplomacia Transformadora se inicia na obra “Patterns of Diplomacy” (1965), onde ele constata que apesar da diplomacia possuir um grande intuito geral que se baseia em atingir, por meio de uma influência, determinado objetivo que contemple o interesse de uma parte ou mais partes, o modo de se praticar essa influência é variado, e que apesar de variado todos eles são reflexos da estrutura na qual o Sistema Internacional opera..

A partir disso, Galtung expõe as seguintes técnicas de influência dentro da diplomacia tradicional: influência persuasiva; coercitiva; e compulsória, onde afirma que as técnicas supramencionadas são os meios para a aplicação da diplomacia como uma ferramenta da manutenção da balança de poder explicitada por Morgenthau (1948).

- A influência persuasiva utiliza argumentos, lógica, e apelos emocionais para convencer um determinado ator agir de uma determinada maneira. Diferente das formas coercitivas e compulsórias, a persuasão envolve um certo grau de escolha e voluntariedade por parte da pessoa influenciada, contudo, essa escolha e voluntariedade são frutos de uma manipulação.
- A influência coercitiva envolve o uso de ameaças, força ou intimidação para compelir um ator a agir de uma determinada maneira. É um tipo de influência que restringe a liberdade de escolha do indivíduo influenciado, geralmente colocando-o sob a ameaça de consequências negativas se não se mostrar de acordo com o que foi proposto.
- A influência compulsória também envolve forçar alguém a agir de certa maneira, mas difere da coerção por envolver formas mais sutis de pressão. Se manifesta através de normas ou expectativas sociais que pressionam o indivíduo a agir de uma determinada maneira.

Com base nisso, “a imagem que fica é de um mundo individualizado e também elite-centrado considerando que muitos interesses não são contabilizados devido à exclusão de muitos em detrimento do poder de poucos” (Galtung, 1965, p.105, tradução nossa). O entendimento de Galtung (1965) acerca dos padrões diplomáticos tradicionais abriu o escopo para questionar a maneira na qual a diplomacia agia frente não somente a negociações habituais (promoção de um acordo multilateral, aberturas comerciais, exportação de políticas) como também se portava diante da mediação de um conflito, e foi a partir desse momento em que se iniciou a busca por uma maneira alternativa de se fazer diplomacia.

O conceito de Diplomacia Transformadora é oficialmente apresentado por Johan Galtung (2000) na obra “Conflict Transformation by Peaceful Means: The Transcend Method” onde ele elucida o passo a passo da transformação de um conflito por meio de meios pacíficos, no qual ele intitula como “Transcend Method”. Nesta obra, além de enfatizar a importância da transformação de conflitos por métodos pacíficos e os meios para executá-la, Galtung apresenta a diplomacia como um processo integral no qual ultrapassa a ideia da resolução de conflitos como uma ação imediata voltada à mitigação e congelamento de consequências. A partir disso, ele destaca a necessidade diplomática de abordar as causas estruturais e culturais dos conflitos, indo além da abordagem da causa direta, a fim de promover um enfoque onde seja possível a colaboração entre as partes conflitantes para alcançar soluções mutuamente benéficas e duradouras, proporcionando um estado de reconciliação e de uma paz na qual ele chama de sustentável. É necessário, antes de debruçar mais profundamente sobre a dinâmica da Diplomacia Transformadora, destacar que o conflito dentro dessa perspectiva não é visto como algo negativo mas sim como algo inerente à existência humana, o que é negativo é a violência gerada ante a um conflito (Galtung, 2013).

Assim sendo, a premissa básica primordial do Transcend Method, cerne da Diplomacia Transformadora, é que o conflito proporciona o espaço para a emergência de dois resultados diferentes, e a obtenção de um ou de outro vai depender unicamente de como esse conflito é trabalhado. De acordo com Galtung (2000), o conflito tem potencial tanto de destruição como de criação, ou seja, o conflito pode ser um espaço para promover a violência como também promover um desenvolvimento social sustentável, onde cabe ao mediador facilitar a transformação do conflito, evitando o máximo da violência para promover o desenvolvimento.

4.2 A Teoria do Conflito

Como já dito anteriormente, a Diplomacia Transformadora enxerga o conflito como o produto de uma culminância de fatores predecessores, logo, para tratar o conflito é necessário compreender o funcionamento dinâmico de um conflito e tratar os eventos causais da problemática a fim de evitar a promoção da violência. A Teoria do Conflito (Galtung, 2000), afirma que o conflito tem um ciclo de vida próprio, se assemelhando a um funcionamento orgânico de uma patologia advinda de uma infecção viral, onde ele aparece dando os primeiros indícios, atinge o seu ápice no clímax, e posteriormente se esvai após um longo ou curto período de tempo, ressurgindo quando não é devidamente tratado e com traços violentos potencialmente mais fortes. Esse ciclo de vida segue a seguinte lógica:

- Indivíduos, grupos, Estados e Nações possuem interesses, e esses interesses os levam a almejar objetivos;
- Esses objetivos podem ser incompatíveis e se anularem, ou seja, caso uma das partes conquiste sua meta a outra parte irá ficar desfavorecida (como dois Estados querendo o mesmo território);
- Quando os objetivos são incompatíveis surge uma contradição, resultando em um problema;
- Quando uma das partes não tem seu objetivo realizado, a sua reação primária é a frustração, e quanto mais básico tiver sido seu objetivo, ou seja, quanto mais esse objetivo expressar uma necessidade voltada a sobrevivência, bem estar, significado ou liberdade, mais potencializada será a frustração;
- A frustração pode levar a agressão, sendo ela física (violência direta, como guerras), verbal (como discursos de ódio) e indireta (políticas voltadas ao malefício de outrem, como a necropolítica);
- O ódio e a violência são dirigidos a parte que está sendo detentora do objetivo, ou pela parte que impede que esse objetivo seja conquistado;
- A violência além de ter o objetivo de prejudicar ou ferir alguém, se torna também uma ferramenta de defesa (partindo da ideia da *Eirene* grega) e/ou vingança;
- A violência gera então um espiral de contra-violência, onde agora ela entra num estado cíclico onde é justificada com base na defesa do “nós” contra o “eles”;
- Essa espiral cíclica de violência e ódio, quando não devidamente tratada, se torna um meta conflito (estágio equivalente a um estado de metástase cancerígena devido ao nível de alastre e grau de complexidade, por exemplo), onde mais interessa às partes a sensação de ganhar em cima do outro como sinônimo de revanchismo do que de fato buscar os objetivos iniciais.

Assim sendo, o conflito adquire duração contínua, incomodando e diminuindo, desaparecendo e aparecendo, onde o conflito original e raiz de toda a situação vai ficando cada vez mais recôndito a medida em que o conflito mal solucionado abre espaço para a espiral cíclica de violência, ódio e revanchismo (Galtung, 2000).

Dada a complexidade até do funcionamento do ciclo de vida de um conflito, é certo afirmar que medidas superficiais, modelos prévios de mediação e demais abordagens que visam mitigar e amenizar as consequências diretas de um conflito - tais como a abordagem das Nações Unidas pós Guerra Fria - se mostram insuficientes e certamente estão fadadas ao erro, corroborando ativamente para o ciclo vicioso de situações não tratadas dentro do conflito, e fomentando o agravamento da espiral cíclica da violência.

Os conflitos podem combinar-se, em série ou em paralelo, em formações conflitantes complexas com muitas partes e muitos objetivos. A formação do conflito elementar com duas partes que perseguem um objetivo é rara, exceto para fins pedagógicos, ou como produtos polarizados de ódio e violência que conduzem a formação de conflitos simplificados. O conflito normal tem muitos intervenientes, muitos objetivos e muitas questões, é complexo e não é facilmente mapeado, mas esse mapeamento é essencial. (Galtung, 2000, p.13, tradução nossa).

4.3 Transcender

“Por transcender queremos dizer a criação de um novo tipo de realidade. Algo que potencialmente sempre existiu, mas que está se tornando uma realidade empírica” (Galtung, 2000, p. 30, tradução nossa). A Transcendência prevista por Johan Galtung adentra na Diplomacia Transformadora como a etapa que antecede o nível de transformação do conflito.

A transcendência do processo de um conflito ocorre quando se enxerga além das possibilidades previstas como resolução da problemática, um “pensar fora da caixa”, uma situação na qual apesar de fugir do preceito comum de que dentro de um impasse uma parte ganha e a outra perde, sempre teve potencial para existir. O alcance desse estágio se dá por intermédio do Transcend Method, que tem como modus operandi a Terapia Diagnóstica-Prognóstica (Galtung, 2000), que é estruturado em quatro etapas:

- Diagnóstico: Analisar as raízes do conflito, identificando as partes envolvidas e suas posições, interesses e necessidades;
- Prognóstico: Explorar o potencial desenvolvimento do conflito, identificando os possíveis cenários futuros, a partir do mapeamento dos últimos comportamentos e atitudes dos atores envolvidos, se a situação permanecer inalterada;

- Terapia: Desenvolvimento de soluções transcendentais ao raciocínio óbvio que satisfaçam as necessidades fundamentais das partes envolvidas, ou seja, soluções para além da dinâmica “ganha-perde” e uma busca de por opções “ganha-ganha”;
- Transformação: Etapa na qual é implementado as soluções obtidas pelo *Transcend Method*, nas quais assegurem uma paz sustentável, rompendo com a realidade então existente em prol de uma realidade onde existe a ruptura do ciclo vicioso do conflito violento.

O ato de Transcender também reside na ação de enxergar - e tratar - o conflito para além de seu ápice, ou seja, esmiuçar os antecedentes do conflito de maneira cuidadosa, com um olhar que abarque as motivações, os desejos por trás dessas motivações, o entendimento moral das partes acerca da problemática, e somente posteriormente a toda essa análise iniciar uma mediação propriamente adaptada para a situação em questão, tentando sempre ao máximo atingir a dinâmica “ganha-ganha” ao invés da dinâmica “ganha-perde”. O ato de Transcender é, em sua essência, o uso da criatividade atrelado à capacidade diplomática de negociação em prol de uma solução não violenta entre as partes.

Vale lembrar que quando nos referimos ao Transcend Method, nos referimos sobre a transformação do potencial violento do conflito em um potencial desenvolvimentista entre as partes. Contudo, existe um embate acerca da transformação do conflito, onde há duas posições claras (Galtung, 2000):

- O entendimento previsto pelos Estudos para a Paz de que o tratamento da violência e a resolução do conflito são tarefas pertencentes às partes envolvidas na problemática, as quais têm o direito de exercer autonomia, onde cabe a influências externas - como o moderador diplomático - incitar entre as partes reflexões alternativas que não acarretem em violência, mas sim em um desenvolvimento mútuo;
- A convicção normativa disseminada no contexto Pós Guerra Fria que a resolução do conflito não cabe às partes envolvidas, mas sim que é um dever pertencente ao gerenciador do conflito (ou seja, um ator externo), no qual obtém o monopólio do conflito em troca da premissa de findar a violência.

A segunda posição é fundamentada no discurso de “Estados falidos” - que emerge no contexto onde a bipolaridade da Guerra Fria cede lugar à hegemonia estadunidense - no qual se refere a entidades estatais apontadas como incapazes de garantir a segurança, o estado de direito e o bem-estar econômico e social de suas próprias populações, onde são apontados

pela narrativa ortodoxa como uma dupla ameaça: à segurança de seus próprios cidadãos — por violar sistematicamente seus direitos fundamentais — e à segurança da região em que se inserem e à segurança internacional de maneira geral, uma vez que se vincula os “Estados falidos” à produção de instabilidades, conflitos, grupos terroristas, crises migratórias, dentre outras possíveis ameaças ao centro global (Helman; Ratner, 1992 apud Guerra; Blanco, 2018).

A prática desse discurso abre escopo para a legitimação não somente do uso da violência direta em prol da segurança na qual visa uma paz de caráter hegemônico (uma prática clara dos elementos de Eirene grega e Pax romana, tendo como consequência a Paz Negativa), como também proporciona uma violência estrutural (considerando a interferência de atores externos e hegemônicos no conflito que adquirem monopólio das tomadas de decisão na problemática) e fomenta a violência cultural (a medida em que é proliferado um teor preconceituoso nos discursos acerca de que a periferia global - e tudo que vem dela - é fonte de instabilidades, grupos terroristas, crises migratórias, e demais fatores que ameaçam a estabilidade e a paz global).

Destarte, o Transcend Method busca - e reafirma - a necessidade de garantir autonomia aos atores envolvidos no conflito em questão, sem que nenhum tipo de monopólio hegemônico seja fomentado dentro da abordagem do conflito. É verossímil retomar a questão de que a imposição de uma padronização de modelos de paz não abarca diversos aspectos relevantes para um devido tratamento de conflitos, o que conseqüentemente acarreta em uma abordagem falha na qual pode suscitar o agravamento da violência a longo prazo e uma escalada do conflito devido a uma abordagem equivocada.

Não somente, Galtung (2000), afirma que sem autonomia não há como existir a transcendência e transformação do conflito, uma vez que para que essas se tornem possíveis se faz necessário entender os atores envolvidos como autodeterminados e auto-suficientes, dignos do direito de exercer autonomia dentro do próprio conflito, cabendo ao ator mediador não a imposição de quaisquer resolutivas, principalmente as de caráter generalista que são formuladas a partir de uma perspectiva que não reconhece o caráter multifacetado de um conflito, mas sim o papel de moderador de forças, promotor de diálogo pacífico entre as partes e principalmente estimulador do pensamento crítico e criativo entre os atores a fim de estabelecer objetivos em comum que ultrapassem os limites das concepções “ganha-perde” em prol de uma concepção “ganha-ganha” a curto e longo prazo, atingindo assim uma paz participativa que transforma e transcende. “Ninguém é tão capacitado para tratar e transformar um conflito senão as próprias partes que estão envolvidas no meio” (Galtung, 2000, p.38, tradução nossa).

4.4 Transcender para Transformar

A Transcendência introduz uma nova realidade, abrindo um novo cenário com novas possibilidades, já a Transformação do conflito ocorre quando ele é transplantado para essa nova realidade. Transformar o conflito significa que houve uma transcendência tão completa a nível de culminar em um novo estabelecimento e definições de novos objetivos que substituem os objetivos elementares promotores do conflito, proporcionando também a mudança de discursos e abordagens dos atores entre si (Galtung, 2000). Não somente, a Transformação também implica na adoção de partes e objetivos que os envolvidos nem sempre cogitam, ou seja, a expansão do olhar dos envolvidos para além das premissas óbvias, acarretando no fomento da nova realidade, uma realidade que não é mirabolante ou fantasiosa, mas uma realidade que sempre teve potencial para existir e que apenas era sobreposta pela violência presente no conflito.

A medida em que aceitamos que um conflito pode ser tanto uma fonte de destruição quanto uma fonte de criação, a medida em que reconhecemos, assim como previsto na Paz Imperfeita, que a paz ou a violência emergem e coexistem porque somos seres humanos que valorizam alguns meios em detrimento de outros e determinamos com ações e omissões a existência de mais paz ou mais violência, se faz possível adotar abordagens em relação a um conflito onde os aspectos criativos em prol de uma transcendência e, conseqüentemente, uma transformação, sejam dominantes. A Diplomacia Transformadora é mais do que afastar o conflito da violência, é atribuir o conflito em direção ao potencial desenvolvimentista que ele carrega, tanto de desenvolvimento humano, quanto social e mundial (Galtung, 2000).

Acerca disso, Galtung (2000) disserta que para que o conflito seja transformado, ele antes, necessariamente, deve ser expandido. A expansão do conflito reside no mapeamento dele como um todo, de maneira minuciosa, onde é considerado as características das partes (região, história, convicções morais e éticas), os seus antecedentes (seus interesses, objetivos e modus operandi para atingir suas metas), a contradição que gerou o conflito e a partir de qual momento a violência se faz presente, o porquê, e quais tipos de violência estão envolvidos.

De maneira analítica, a transformação de um conflito tem alguns aspectos:

- Uma mudança no discurso podendo ser voltada para uma cooperação bilateral onde os frutos dessa cooperação possam ser atingido por ambas as partes (situação

ganha-ganha), ao invés de reagir ao conflito com um discurso voltado a estruturas militares e competição política;

- Formulação de um novo objetivo por parte dos atores em questão e que abrange as partes envolvidas, além de poder também abranger partes que antes não eram consideradas no conflito, a nível micro (grupo de indivíduos) ou a nível macro (regiões), a fim de promover um desenvolvimento de paz sustentável em diversos níveis e aspectos;
- Não é necessário uma mudança acerca de como um ator se sente em detrimento ao outro, ou seja, eles não precisam cultivar algum tipo consideração entre si para que conquistem a transformação do conflito, mas precisam reconhecer que necessitam do outro para se fortalecerem e se desenvolverem de maneira não violenta;
- Não é uma resolução definitiva, ela pode ser adaptada e gerenciada concomitantemente com o interesse e incentivo das partes.

Assim sendo, a transformação do conflito se consagra como última etapa do método da Terapia Diagnóstica-Prognóstica proposta por Galtung (2000), sendo como resultado do êxito da aplicação do *Transcend Method*. Além disso, a transformação do conflito culmina para além de antagonizar a violência, ela estabelece a nova realidade onde os atores inseridos previamente no conflito poderão usufruir e trabalhar em cima do novo cenário onde a aplicação da Diplomacia Transformadora proporcionou um ambiente com potencial desenvolvimentista em diversas esferas, na qual fomenta a cooperação mútua entre as partes e conseqüentemente as impulsiona para o sentido contrário do ciclo violento nos quais estavam inseridas.

5. ESTUDO DE CASO: O MÉTODO TRANSCENDER EM AÇÃO E A DIPLOMACIA TRANSFORMADORA

5.1 O conflito do Cenepa

De acordo com a lógica clássica do sistema, desde o Tratado de Vestfália, cada pedaço de terra, claramente demarcado, pertence somente a um único Estado. Mas e se dois Estados quiserem o mesmo pedaço de terra com a justificativa de que a sua única demarcação é imprecisa por ser um rio fronteiro que vai e vem, repleto de afluentes e subafluentes? (Galtung, 2013).

Em 1995, o conflito entre o Peru e o Equador chegou ao seu ápice após um longo antecedente marcado por décadas de tensões fronteiriças, disputas territoriais e escaladas militares intermitentes, representando um dos momentos mais críticos da história contemporânea da América Latina (Ojeda, 2017). As pendências entre os dois países remetem aos meados do Império Inca, onde as raízes do conflito refletem séculos de disputas territoriais e fronteiriças por parte dos povos originários, por motivos de ser uma área rica em recursos naturais, e relevância de significado cultural para ambos os povos. Contudo, o agravamento histórico decorreu dos fatores coloniais, onde foi implantado pela colonização espanhola uma divisão administrativa colonial incerta que acarretou em uma profunda carência de fronteiras delimitadas de maneira adequada (Ojeda, 2017).

Com as independências iniciadas no século XIX, tanto o Equador como Peru tiveram em seu processo de consolidação como Repúblicas incorporando territórios que haviam sido delimitados na antiga administração colonial espanhola. O Estado equatoriano, já independente, formou parte da Grã Colômbia e, no ano de 1829, produziu-se um enfrentamento militar entre tropas peruanas e grã-colombianas, pela demanda peruana de territórios amazônicos, onde as tropas da Grã Colômbia saíram vitoriosas, assinando o Tratado de Guayaquil e o Protocolo Mosquera-Pedemonte. Posteriormente, no ano 1830, com a ruptura da Grã Colômbia, o então Estado equatoriano herdou os territórios austrais com o Peru, fato que alimentou a discórdia peruana pelos territórios amazônicos e culminando na não aceitação dos tratados que reconheciam o território como parte da Grã-Colômbia (Ojeda, 2017).

A partir da não aceitação desses acordos, sucederam-se diversos confrontos, sendo o mais importantes a invasão realizada pelo Peru, no ano de 1941 (Carrión, 2008, apud, Ojeda, 2017), na qual acarretou em uma redução considerável do território equatoriano com a

assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro, de 1942, que consagrou juridicamente, em favor do Peru, a posse do território em questão (Pérez, 1992, apud Ojeda, 2017).

Não somente, esse protocolo – que pretendia dar fim ao conflito entre os Estados – foi refutado por parte do Estado equatoriano, a partir do ano de 1947, devido a dois argumentos. O primeiro rejeitava a assinatura do protocolo sob invasão peruana, argumentando acerca do artigo II no qual afirmava que “o Governo do Peru retirará dentro do prazo de 15 dias, a contar desde essa data, suas forças militares” (Protocolo do Rio de Janeiro, 1942). Acrescentando também o fato de que o Equador desaprovava contundentemente o reconhecimento da invasão como legítima, discordando do protocolo e dos Países Patrocinadores¹. Além disso, o segundo argumento advém da inexistência de um divisor de águas, ou seja, um delimitador fronteiriço, que foi estabelecido no artigo VIII do protocolo, que abarcava acerca da delimitação da fronteira oriental, no setor do Cenepa (Ojeda, 2017). Além disso, constatou-se também que o protocolo representou uma proposta com soluções inconclusas (Cordovez, 2000, apud, Ojeda, 2017) no qual foi grande responsável por fomentar um grande conflito na América Latina.

Segundo o tratado, o delimitador foi traçado entre os rios Zamora e Santiago, mas, no ano de 1947, o Serviço Aerofotométrico dos EUA descobriu que entre esses dois rios existia um terceiro denominado Cenepa. A existência desse terceiro rio mostrava que o divisor de águas não se adequava à realidade geográfica prevista pelo documento, fazendo com que o Equador usasse da do rio Cenepa para culminar o Protocolo do Rio de Janeiro como um documento inexecutável.

Dessa maneira, com as lacunas encontradas no protocolo, o processo de demarcação da fronteira foi arquivado, “proporcionando um vazio perigoso de 78 km, e que teve como consequência o desenvolvimento do conflito do Cenepa em 1995” (Ojeda, 2017, p.146).

5.2 Uma análise do conflito: mapeamento e *Transcend Method*

É evidente que o conflito entre o Peru e o Equador possui raízes profundas na qual é sustentada por uma bagagem histórica secular, remetendo à época do Império Inca. Além disso, é possível observar também que além de fatores agravantes que remetem o período de colonização, nota-se também que as medidas de solução militarizada colocada em prática no

¹ Argentina, Brasil, Chile e os Estados Unidos atuaram como formuladores do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 e avalistas do cumprimento dos artigos especificados no mesmo documento (Protocolo do Rio de Janeiro, 1942)

ano de 1942, suscitou outra reação militarizada em 1981, e que ambas além de não terem tido êxito na resolução do conflito, foram fatores fundamentais para a eclosão de 1995, demonstrando que a má gerência e mediação equivocada do conflito fomentou uma violência de caráter progressivo.

Façamos então o mapeamento do conflito previsto pela Diplomacia Transformadora, na qual se baseia no método da Terapia Diagnóstica-Prognóstica (Galtung, 2000), com o intuito de compreender o conflito e suas nuances de maneira ampla e multifacetada, a fim de alcançar uma solução que atinja a transcendência do conflito onde prevaleça a dinâmica ganha-ganha entre as partes fazendo com que seja satisfeito suas necessidades fundamentais com o intuito de atingir a transformação do conflito, na qual seja assegurado uma paz sustentável, rompendo com a realidade então existente e substituindo-a por uma realidade onde existe a ruptura do ciclo vicioso do conflito violento.

A primeira etapa é o diagnóstico, onde deve ser analisado as raízes do conflito, identificando as partes envolvidas, suas posições, interesses e necessidades. Como já dito anteriormente, um conflito possui um motivo causal que se destrincha, ou seja, sua raiz possui várias ramificações, onde a medida de quão multifacetado é, mais complexidade o conflito adquire e maiores as chances de uma violência progressiva escalonada. Sabendo disso, podemos identificar da seguinte maneira (Galtung, 2013):

- A raiz basilar do conflito se iniciou em meados do Império Inca, onde a disputa entre os povos originários pelo território do Cenepa se justificava por motivos culturais nos quais a região em questão representava um fator importante para para o pertencimento cultural dos respectivos povos, além de se justificar também pela área ser um ponto geográfico ideal para pesca e outras atividades que promoviam a subsistências da população;
- Posteriormente, com a época colonial, o conflito foi agravado devido a divisão administrativa colonial incerta que acarretou em uma profunda carência de fronteiras delimitadas de maneira adequada, onde a imposição colonial fomentou mais guerras internas;
- Acerca dos interesses e necessidade das partes, nota-se que o interesse primário de ambas as partes se referia a possuir o território com uma justificativa de importância cultural, atrelado ao motivo de subsistência, se enquadrando dentro do conceito de necessidades básicas previstas por Galtung (2013), como uma necessidade de significado e de sobrevivência, respectivamente;

- Posteriormente, após período de independência, os interesses e necessidades de ambas as partes (agora como Equador formando parte do Estado da Grã Colômbia, e a consagração do Estado do Peru) se voltam para a disputa do território por motivos estratégicos devido a sua localização dentro da bacia amazônica, se enquadrando como necessidade de sobrevivência, tendo em vista que o motivo era a manutenção de segurança e estratégia da proteção de seus respectivos territórios;
- Com o enfrentamento militar entre tropas peruanas e grã-colombianas pela demanda peruana de territórios amazônicos, às tropas da Grã Colômbia saíram vitoriosas. A ratificação do Tratado de Guayaquil e o Protocolo Mosquera-Pedemonte, no qual posteriormente, no ano 1830, com a ruptura da Grã Colômbia, abriu escopo para que o então Estado do Equador herdasse os territórios pertencentes ao Peru, alimentou a discórdia peruana pelos territórios amazônicos, culminando na não aceitação dos tratados que reconheciam o território como parte da Grã-Colômbia. Enxerga-se aqui a dinâmica do ganha-perde, atrelado com o fato de que a conquista militar na qual fez o Peru perder seus territórios, fez com que sua necessidade agora se direcione-se como uma necessidade de liberdade, afirmando que o então Estado do Equador não possuía direito de anexar esses territórios;
- A não aceitação desses acordos, sucedeu diversos confrontos, culminando no mais importante até então que foi a invasão realizada pelo Peru, no ano de 1941. Invasão essa que culminou na criação de uma proposta de resolução por Estados externos ao conflito (Argentina, Brasil, Estados Unidos e Chile) no qual legitimou a invasão por parte do Peru, culminando na perda considerável do território equatoriano com a assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro, de 1942. A partir desse momento, a necessidade do Equador se enquadra como uma necessidade de liberdade, tendo em vista a legitimação da violação de soberania.

Com o mapeamento do diagnóstico feito, conclui-se que, antes de mais nada, o conflito em questão é o produto da culminância de diversos fatores predecessores, onde cada um deles corrobora como um agravante progressivo para a problemática na qual fomenta continuamente um estado de violência, assim como é previsto por Galtung (2000), quando ele aborda acerca da Diplomacia Transformadora e a Teoria do Conflito. Enquanto o conflito surge devido a uma contradição de necessidades e interesses, essa violência - que se agrava a cada etapa progressiva do conflito como um todo - é consequência da sensação de indignação, injustiça, raiva e revanchismo, quando a necessidade é continuamente negada ou violada,

dessa forma a “violência é usada para incapacitar a outra parte a fim de impor as próprias necessidades da parte primária” (Galtung, 2013, p.65).

Não somente, destaca-se também que o Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 foi realizado por atores externos ao conflito (Argentina, Brasil, Estados Unidos e Chile), onde os envolvidos no conflito (Peru e Equador) não tiveram a devida participação acerca de sua própria problemática. Reitera-se a postulação do Transcend Method sobre a necessidade de garantir autonomia aos atores envolvidos no conflito em questão, sem que nenhum tipo de monopólio externo ou hegemônico seja fomentado dentro da abordagem do conflito, dado ao fato de que atores externos por muitas vezes não se atém ou consideram diversos aspectos relevantes para o tratamento do conflito em questão, que como já dito anteriormente, é dotado de natureza multifacetada. “Ninguém é tão capacitado para tratar e transformar um conflito senão as próprias partes que estão envolvidas no meio” (Galtung, 2000, p.38, tradução nossa).

Assim sendo, partimos para a etapa do prognóstico, onde se explora o potencial desenvolvimento do conflito, identificando os possíveis cenários futuros, a partir do mapeamento dos últimos comportamentos e atitudes dos atores envolvidos, se a situação permanecer inalterada. Dessa forma, elucida-se da seguinte maneira (Galtung, 2013):

- Constata-se que as soluções militares além de ineficazes, foram agravantes para a problemática, logo, persistir nessa abordagem não desencadearia outro resultado senão a propulsão de mais violência;
- A constante falta de amparo diante das necessidades basilares culminou num ciclo de violência escalonado baseado em um revanchismo, onde as partes mediam forças em prol conquistar e reconquistar o que os lhe foi negado ou retirado;
- Atrelado a isso, destaca-se que a aplicação de uma “solução” ao conflito advinda de atores externos, implicando na dinâmica ganha-perde, foi um sério agravante. Além disso, o Protocolo do Rio de Janeiro apresentou uma proposta com soluções inconclusas que foi grande responsável por proporcionar uma lacuna não demarcada de 78 km de extensão, fomentando Conflito do Cenepa (1995).

A partir desses antecedentes e suas consequências, o prognóstico resulta no entendimento de que a utilização das soluções militares, a não atenção às respectivas necessidades basilares, a aplicação de uma solução da problemática por parte de atores externos, e a tentativa de demarcar o território foram fatores culminantes para enquadrar o conflito em um estado de violência cíclica, na qual poderia vir a alcançar um estado de meta-conflito (Galtung, 2013).

De acordo com Galtung (2013), é a partir do entendimento - e reconhecimento - de que as ferramentas e soluções comumente utilizadas na mediação e tratamento dos conflitos por vezes não são suficientemente satisfatórias que se inicia o processo de transcender e transformar um conflito. Dessa maneira, diante do prognóstico percebe-se que se faz necessário buscar por outra alternativa para o tratamento do conflito em questão, alternativa essa que fosse além das propostas já aplicadas anteriormente. Se fez necessário, então, uma alternativa que transcendesse.

Com isso, chegamos na última etapa do método de Terapia Diagnóstica-Prognóstica antes da culminância da transformação do conflito: terapia. A terapia é o desenvolvimento de soluções transcendentais ao raciocínio óbvio acerca da solução de um conflito, nas quais satisfaçam as necessidades fundamentais das partes envolvidas, ou seja, soluções para além da dinâmica “ganha-perde” e uma busca por opções “ganha-ganha”. Assim sendo, Galtung (2013) apresenta uma proposta muito interligada com a ampliação da ideia de um mundo cada vez mais sem fronteiras excessivas: Se ambas as partes possuem motivos consideravelmente legítimos nos quais seu início remonta a séculos atrás, ao invés da disputa incessante e prejudicial para os envolvidos (economicamente, socialmente e politicamente) em prol da divisão de um território onde malmente é possível de fato dividir - haja vista a falta de precisão acerca de uma bacia hidrográfica e seus respectivos afluentes e subafluentes - porque não pensar na realidade onde os Estados em questão administrarem o território em um modelo de condomínio em prol de cooperação e desenvolvimento mútuos ?

A partir dessa proposta, Galtung (2013) desenvolve as seguintes prerrogativas:

- Os dois Estados estabeleceram uma “zona injetável”, ou seja, a zona em questão foi a área correspondente ao Rio Cenepa, de 78 km de extensão ao todo, no qual o Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 não estabeleceu um limite preciso, dessa maneira criando um zona binacional, um condomínio com as duas bandeiras;
- A criação de um parque de preservação com o apoio da União Internacional de Conservação da Natureza e se utilizando de sua respectiva extensão o Programa em Áreas Protegidas, fazendo do local uma zona mais protegida e preservada. Além disso, a administração do parque seria de maneira conjunta;
- Implementação de instalações de acampamento por parte dos dois Estados, para impulsionar a ida de turistas e gerar uma rotatividade econômica através de um turismo sustentável;
- O estabelecimento de empresas em prol do estabelecimento de uma zona econômica. As eventuais fábricas devendo permanecer fora do perímetro onde fosse implementado

a zona ecológica, mas demais instalações administrativas teriam permissão de permanecer dentro da zona ecológica;

- As tropas militares - até então presentes no território que viria ser uma zona binacional - dos dois países deveriam cessar fogo e se retirar, para que posteriormente fosse estabelecido procedimentos de segurança e patrulhamento por parte de ambos os Estados dentro da zona binacional;
- A formulação de trâmites legais entre os dois Estados e a vigência deles na zona binacional, a fim de facilitar a cooperação e evitar a sobreposição de uma lei interna de uma parte sobre a outra.

Conforme o exposto, dois países com um longo histórico de hostilidades se direcionaram para uma resolução que transcende as convicções comuns acerca da resolução de um conflito, onde prevaleceu a dinâmica ganha-ganha, havendo satisfação das necessidades das partes, e promovendo um desenvolvimento político sustentável. Dessa forma, conclui-se que a transcendência do conflito foi atingida, impactando em uma nova realidade.

5.3 A transformação do conflito: O êxito da Diplomacia Transformadora

Como já exposto anteriormente, a transformação do conflito ocorre quando ele é transplantado para a nova realidade que é produto do êxito do transcend method. Assim como exposto por Galtung (2000), transformar o conflito significa que houve uma transcendência tão completa a nível de culminar em um novo estabelecimento de objetivos que substituem os objetivos elementares promotores do conflito, proporcionando também a mudança de discursos e abordagens dos atores entre si, e conseqüentemente promovendo uma nova realidade, abrindo um novo cenário com novas possibilidades de cooperação e coexistência pacífica entre os atores.

Podemos observar o êxito na transformação do conflito - e conseqüentemente da Diplomacia Transformadora - a partir da análise da esquematização dos seguintes pontos (Galtung, 2013):

- O conflito tem potencial tanto de destruição como de criação, ou seja, o conflito pode ser um espaço para promover a violência como também promover um desenvolvimento social sustentável. É possível perceber que o caso do Peru e do Equador de 1995 foi explorado o potencial de criação do conflito, culminando em sua transcendência;

- A transcendência do conflito culminou na solução da criação da zona binacional, na qual se caracteriza como a nova realidade prevista pelo *transcend method*;
- A nova realidade é algo que potencialmente sempre existiu, mas que está se tornando uma realidade empírica. Sempre foi possível tornar a região em questão em um território binacional, contudo, só não feito anteriormente pelo motivo de que as partes do conflito visavam as resoluções óbvias previstas pela dinâmica ganha-perde e eram retroalimentadas pelo ciclo de violência em que estavam inseridas;
- As necessidades das partes foram supridas a medida em que elas foram destrinchadas, corroborando para a secessão do ciclo da violência;
- Com a secessão da violência, e com a nova realidade proposta, houve um estabelecimento de novos objetivos de maneira conjunta (substituindo os objetivos particulares de cada parte), haja vista que agora as partes possuem interesses em comum - como o de desenvolvimento mútuo e crescimento econômico proporcionado pelo parque binacional - implicando em que os atores enxergassem pontos em comum que os estimulam a cooperação;
- A realidade da zona binacional se mostra como um cenário que ultrapassa somente a resolutiva do conflito, ele representa uma conjuntura com novos horizontes que proporcionam cooperação econômica, crescimento sociopolítico e desenvolvimento sustentável não somente entre as partes que estavam inseridas no conflito como também na região onde elas estão inseridas, promovendo uma integração social através do turismo na região da América do Sul, e corroborando na estabilidade e prosperidade regional como um todo.

A prática da Diplomacia Transformadora dentro do conflito entre o Peru e o Equador de 1995 obteve 100% de êxito, tendo como resultado a criação do Parque Binacional El Cóndor, com a ratificação do Acordo de Paz de Brasília de 1988², sendo símbolo de cooperação, autonomia e um marco histórico não somente para os Estudos para a Paz como também para a história da diplomacia. Na atualidade, o Parque Binacional El Cóndor desempenha um papel crucial na conservação ambiental e na promoção da paz e do desenvolvimento sustentável na região fronteira, servindo como exemplo de como a cooperação pode transformar áreas de conflito em zonas de colaboração mútua, beneficiando tanto o meio ambiente quanto as comunidades humanas (Galtung, 2013). Dessa maneira, o Parque Binacional El Cóndor representa, de certo, a mais singela faceta da Diplomacia Transformadora exposta por Galtung

² Disponível em: peacemaker.un.org/ecuadorperu-actbrasil98

(2000), onde ele afirma que a Diplomacia Transformadora vai além de somente afastar o conflito da violência, é também direcionar o conflito em sentido ao potencial desenvolvimentista que ele carrega, tanto de desenvolvimento humano, social e mundial.

Com isso, podemos concluir também que a Diplomacia Transformadora valida a Paz Imperfeita a medida em que demonstra de que é possível a existência da paz de maneira que ultrapassa as prerrogativas da Paz Negativa, comprovando que a paz para além da violência direta é alcançável, além de demonstrar empiricamente que a utilização de soluções militarizadas em prol da manutenção da ordem em prol de uma “pseudo” paz podem ser fatores fomentadores de um ciclo de violência e escalonada do conflito. Além disso, a Diplomacia Transformadora também valida a Paz Imperfeita no que concerne a sustentação argumentativa de que a existência de condições sociais, políticas e econômicas perfeitas e harmoniosas, com máxima equidade e justiça, não são condições inalienáveis para a existência da paz prevista pela Paz Positiva, sendo possível a presença de paz ainda que esteja inserida em uma estrutura social desbalanceada.

A Paz não é a ausência do conflito, mas a presença de alternativas criativas que transcendam o conflito e transforme-o, alternativas a atitudes passivo-agressivas, alternativas a violência, porque quando falamos sobre Paz não estamos falando sobre nada além da capacidade de transformar conflitos com empatia, sem violência e de maneira criativa, estamos falando de um processo contínuo e sem fim onde a Diplomacia deve ser a nossa principal ferramenta e aliada. (Galtung, 1996).

6. CONCLUSÃO

Este trabalho nunca teve o intuito de acusar a diplomacia tradicional como inaceitável, ou muito menos impraticável, mas sim o intuito de mapear as falhas, lacunas, existentes em seu âmago a fim de trazer de maneira teórica e empírica de que a diplomacia pode ir além de sua noção, designação e prática habitual na qual foi condicionada, podendo ser transformadora.

Partindo do pressuposto basilar da Teoria das Relações Internacionais de que toda teoria é feita por alguém, para alguém, visando algum intuito, além de ser reflexo do cenário de onde esse alguém está inserido, de nada surpreende teóricos renomados como Hans Morgenthau - autor primordial para o Realismo Clássico - adquirir, e disseminar, discursos acerca da proteção do Estado e de sua integridade, o Estado como ator primordial, e a diplomacia como ferramenta para promover esses aspectos, haja vista o contexto de instabilidades globais no qual ele esteve inserido.

Dessa maneira, se toda teoria é reflexo de quem a pratica e de onde ela está inserida, assim como o cenário e o contexto histórico variam, assim como nenhuma teoria é de caráter universal, porque presumir, ou aceitar, que uma única abordagem diplomática é suficiente para ser aplicada de maneira praticamente igual em tantos diversos contextos e cenários ? O presente trabalho se dedicou a investigar os motivos por trás das lacunas apresentadas pela diplomacia tradicional, explorando acerca das Pazes, a fim de apresentar o potencial diplomático em prol de uma Diplomacia Transformadora, que emerge do estabelecimento - e reconhecimento - de uma Paz Imperfeita, comprovando de que a abordagem da Diplomacia Transformadora é, além de uma alternativa, uma opção eficaz.

Conclui-se, através do estudo de caso, de que a diplomacia pode adquirir um caráter para além da Paz Negativa (*Pax romana + Eirene grega*), ultrapassando as convicções tradicionais do realismo de que caberia a diplomacia o papel de ferramenta promotora de interesses dos Estados em prol de manutenção da balança do equilíbrio de poder e *status quo*, como elucidado por Morgenthau (1948). Sob o mesmo viés, constata-se tanto de maneira teórica como empírica, de que só quando falamos sobre paz como sinônimo de justiça social e promoção dos direitos humanos, é que conseguimos alcançar de fato não somente o tratamento do conflito como também sua solução, cuja qual se deleita em um cenário onde o desenvolvimento humano, econômico e político se fazem presentes. Dessa maneira, enxergar a paz como sinônimo de ordem, proteção e defesa militar - como é previsto pela *Pax romana* - desencadeia uma prática pela paz (que na verdade é uma manutenção em prol da estabilidade

do *status quo*) onde uso legitimado de violência, acarretará em ordem como consequência do medo, ao invés de de fato proporcionar um cenário onde há Paz.

Além disso, destaca-se que almejar a Paz como produto de uma harmonia completa, assim como prevê a Paz Positiva, é, além de equivocada, utópica. Isso porque, assim como visto anteriormente, o conflito é inerente à existência humana, e que por isso nunca cessará haja vista as diversas ocasiões nas quais os seres humanos irão possuir ideais, interesses e objetivos que se contradizem, e a contradição é matriz do conflito (Galtung, 1996). Logo, enquanto os esforços se voltarem a tentar estabelecer pré requisitos de caráter perfeito para a existência da Paz, estaremos perdendo oportunidades de transformar o mundo ao nosso redor (Galtung, 2013). Se torna de caráter ímpar, então, compreender de que Paz não é antagônica ao conflito, mas sim oposta a violência. E para tratar a violência é necessário percorrer um caminho não violento, indo para além de apenas não agredir diretamente, mas também respeitar e considerar as motivações, interesses, particularidades e objetivos das partes dentro de uma mediação de conflito, a fim de suprir suas necessidades basilares resultando na desescalada da violência (Galtung, 2000).

Mediante o entendimento do conflito entre o Peru e o Equador, consagra-se a compreensão de que a Paz não precisa surgir em condições perfeitas, dessa maneira se enquadrando dentro da Paz Imperfeita, na qual coloca a paz como um meio, e não um objetivo, fazendo com que a consequência da paz seja o desenvolvimento sociopoliticamente sustentável entre as partes. Porque assim como exposto por Galtung (1996), quando falamos sobre Paz estamos falando sobre a capacidade de transformar conflitos com empatia, sem violência e de maneira criativa, onde a Paz se consagra como um processo contínuo e sem fim no qual a Diplomacia deve ser a nossa principal ferramenta e aliada.

Por fim, conclui-se que a Diplomacia Transformadora, reconhecendo o princípio da Paz Imperfeita, proporciona uma abordagem eficaz diante da resolução de conflitos internacionais, como foi constatado por meio do estudo de caso, enfatizando - e reconhecendo - que a construção da Paz é um processo dinâmico e contínuo. Além disso, a Diplomacia Transformadora, - indo além da convicção tradicional - atribui à sua atuação o princípio de assistência mútua e o entendimento sem imposições, na qual a procura de relações voltadas ao bem estar da população envolvida, a nível global e local, como uma rede de instâncias de paz capazes de fortalecer cooperações, acordos, espaços e atores envolvidos nos processos é prioridade. Dessa forma, a Diplomacia Transformadora, através do tratamento de conflitos se faz capaz de criar, e aplicar, uma Paz Transformadora, ainda que Imperfeita.

7. REFERÊNCIAS

BRITÁNICA, Enciclopedia; ANA YAYINCILIK, A. Ş. Enciclopedia Británica. **Inc. Hürriyet Ofset**, 1995.

CHIAPPIN, José R. N. **Os fundamentos teóricos do programa do realismo em política internacional: a concepção de Morgenthau e epistemologia da política de poder**. Carta Internacional, 2010.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1832.

GALTUNG, Johan. **Transcender e transformar—uma introdução ao trabalho de conflitos**. São Paulo: Palas Athena, 2006.

GALTUNG, Johan. **Conflict Transformation by Peaceful Means (The Transcend Method)**. 2000.

GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. Oslo: PRIO Internacional Peace Research Institute, 1996.

GHUNTA, Juleus. **Critics of Liberal Peace: Are Hybridity & Local Turn Approaches More Effective?** E-International Relations, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.e-ir.info>. Acesso em: 30 maio.2024

GUERRA, Lucas; BLANCO, Ramon. **A construção da paz no cenário internacional: do peacekeeping tradicional às críticas ao peacebuilding liberal**. Cadernos Internacionais, v. 13, n. 2, 2018. DOI: 10.21530/ci.v13n2.2018.775.

LEDERACH, John Paul. **Preparing for Peace: Conflict Transformation Across Cultures**. 1995.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MUÑOZ, Francisco A. **La Paz Imperfecta**. Instituto de la Paz y los Conflictos de la Universidad de Granada, España, 2001.

OJEDA, Cristian Daniel Valdivieso. **O conflito entre Equador e Peru: repensando o conceito de velhas guerras a partir do sul global**. In: Revice—Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.3, n.2, p. 135-152, jun./dez.2018. ISSN 2525-8036. Acesso em: 23 abril.2024

RAMOS MUSLERA, Esteban A. **Paz Transformadora (y Participativa): Teoría y Método de la Paz y el Conflicto desde la Perspectiva Socioprágica**. Tegucigalpa: Instituto Universitario en Democracia Paz y Seguridad (IUDPAS), Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH), 2015.

RICHMOND, Oliver P. **Resistance and the Post-liberal Peace**. Millennium: Journal of International Studies, v. 38, n. 3, p. 665–692. Disponível em:

<http://www.sagepub.co.uk/journalsPermissions.nav>. ISSN 0305-8298. DOI:
10.1177/0305829810365017.

WILLIAMS, Paul D. **Security Studies: An Introduction**. 2008.